



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS  
E SABERES NA AMAZÔNIA



SARA CONCEPCIÓN CHENA CENTURIÓN

**RASTROS INDÍGENAS:  
Busca pelos topônimos do *tupi* na cidade de Castanhal/PA**

BRAGANÇA – PARÁ  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS  
E SABERES NA AMAZÔNIA



SARA CONCEPCIÓN CHENA CENTURIÓN

**RASTROS INDÍGENAS:  
Busca pelos topônimos do *tupi* na cidade de Castanhal/PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Leitura e Tradução Cultural

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Reis Rodrigues

BRAGANÇA – PARÁ

2014

SARA CONCEPCIÓN CHENA CENTURIÓN

**RASTROS INDÍGENAS:  
Busca pelos topônimos do *tupi* na cidade de Castanhal/PA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Conceito: \_\_\_\_\_

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carmen Lúcia Reis Rodrigues  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliador (a): \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliete de Jesus Bararúá Solano  
Universidade Estadual do Pará (UEPA)

Avaliador (a): \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tabita Fernandes da Silva  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

BRAGANÇA – PARÁ

2014

Dedico este trabalho ao meu esposo Carlos Henrique, ele que sempre foi e é companheiro, amigo, parceiro. Ele que em todo momento torce por mim, fazendo-me uma mulher amada. Aos meus filhos, pois é para eles que quero crescer, aprender e ser modelo. À minha mãe que fez e faz o impossível para me ver formada, ela que sempre desde a mais terna idade me incentivou a ler, estudar e crescer como pessoa. Ao universo que me encaminhou ao indigenismo, afinal sou descendente de Guarani!

AGUYHÉ!!.

À Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-graduação Linguagens e Saberes na Amazônia, em especial, aos meus professores de Mestrado: Cristina Caldas pela sua confiança em mim, Salomão Hage por me fazer lembrar que a educação é a chave da liberdade, Georgina Kalif pela sua essência, leveza e amor pela educação, Ipojucan Campos por despertar em mim o desejo incessante de entender os fatos lembrando sempre do tempo e do lugar, Nilsa Brito pela sua competência, dedicação e simplicidade, Sylvia Trusen por me mostrar que a vida é feita de arquivos, memórias e resistências, Gunter Pressler por me ensinar que ser polido e respeitoso é sempre o melhor caminho.

À minha orientadora Carmen Lúcia Reis Rodrigues. A dinâmica da vida nos colocou no mesmo caminho, fazendo com que eu seja aprendiz de tudo que ela transmite sabiamente e com a maior simplicidade do mundo. Soube sempre em momentos de angústia saber falar e acalmar meu coração, soube sempre em momento certo e do jeito dela “puxar minha orelha” e me orientar no caminho das leituras e escrita, professora, sou imensamente grata pelo seu aporte não só na minha dissertação, mas principalmente, na minha vida como pessoa, como ser humano.

A todos os meus colegas de turma, aprendi com cada um deles, aprendi o que preciso e acho ser interessante para minha vida.

Não posso deixar de agradecer nomeando especificamente alguns que amo porque sei que somos alteridade, dialética e devir, Larissa Fontinelle, pela sua amizade, amor e respeito, obrigada por ser você, simplesmente; Emerson Campos, obrigada por me mostrar que o amor à educação nos torna educadores bons, você é um exemplo disso, te admiro; Fernando Alves, por me mostrar que a luta e a persistência mesmo que seja dolorosa nos leva à superação; Cícero Junior, por me oferecer uma amizade simples e sem cobranças; Lanna Peixoto, minha querida Lanna, tão leve e linda, obrigada por me inspirar tanto, a tua leveza transborda pelos teus poros e invade o nosso ser; Hadson de Sousa, obrigada por você aparecer na minha vida e dar a ela um toque de amor dialético; Max Pinheiro, pela sua maneira de enxergar o mundo; Estelita Barros, por me ensinar a ser sensível e leve; Adão Borges, por nunca me abandonar e sempre se preocupar comigo; Diogo, obrigada pela sua amizade transparente e cálida. Enfim, estas pessoas que mencionei representam para mim modelos a serem seguidos sempre, pessoas que evidenciam com seus atos a luta pela superação, superação não de problemas, mas, superação delas mesmas para se tornarem cada dia seres humanos que amam! ... por isso eu os amo!

Finalmente quero agradecer ao povo Ka'apor, pois com eles entendi que somos natureza, que somos humanos e que vale a pena lutar contra um sistema que mata

silenciosamente, são para mim exemplos de seres sábios, naturais, são para mim essência.

*“Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim.”*

(Tzvetan Todorov)

## Resumo

Neste estudo procedemos a analisar os topônimos de origem *Tupi* da cidade de Castanhal-PA, sistematizando-os e catalogando-os. Com este objetivo queremos evidenciar os topônimos como parte integrante da identidade do castanhalense entremeando o imaginário social com pistas e rastros deixados pelos indígenas que outrora habitavam a região, nomeada, hoje, Castanhal. Para alcançar esse objetivo, nos munimos de informações de eventos históricos, como a construção da estrada de Ferro Belém-Bragança, acompanhando sua história que se origina em Belém até chegar à cidade de Bragança, passando pela cidade de Castanhal. Construída a parte historiográfica se procedeu à parte metodológica que consiste em buscar e catalogar os topônimos de origem *tupi*. A análise dos topônimos evidenciou que a maior ocorrência é de topônimos de natureza física, em ordem de porcentagem temos os fitotopônios, os zootopônimos e os hidrotopônimos. Foram utilizadas cartas do IBGE (1990, escala de 1:100.000 e de 1998, escala de 1:10.000), e a carta de 2014, cedida pela Secretaria de Obras, assim como mapas elaborados pelos agentes de saúde da SESMA. Dentre os principais autores que nortearam este trabalho estão Dick (1990, 1999, 2007); Carvalinhos (2002; 2008); Cunha (1992); Cruz (1955), Gagnebin (2006), Orlandi (1997, 2008), entre outros.

**Palavras-chave:** onomástica, topônimos, Castanhal, *tupi*.

## Abstract

In this study we proceed in analyzing the place names of *Tupi* origin at Castanhal-PA city, systematizing and cataloguing them. With this goal, we aim to make clear the place names as a part of the identity of the people born in Castanhal intermixing the social imaginary with tracks and traces left by the Indians who formerly lived in the region, named, currently, Castanhal. In order to reach such goal, we provide ourselves with historical events information, such as the building of Belém-Bragança railroad, following its history which starts in Belém – Capital city of Pará State – until arrive at Bragança city, passing by Castanhal. After building the historiographical part, it has been conducted the methodological part that consists in to search and catalogue the place names of *Tupi* origin. The place names demonstrated that the major occurrence is place names of physic nature; the percentage order is place names of plants, animals and bodies of water. There were been used IBGE<sup>1</sup> charts (1990, scale 1:100.000 and 1998, scale 1:10.000), and the letter of 2014, courtesy Department of Public Works as well, as maps elaborated by the healthy agents of SESMA<sup>2</sup>. Among the main authors who guided this work are Dick (1990, 1999, 2007); Carvalinhos (2002, 2008); Cunha (1992); and Cruz (1955), Gagnebin (2006), Orlandi (1997, 2008), among others.

**Key words:** Onomasticon; Place Names; Castanhal; *Tupi*.

---

<sup>1</sup> Brazilian Institute of Geography and Statistics

<sup>2</sup> Municipal Healthy Secretary

## LISTA DE FIGURAS

1. Triângulo de Ullmann (1964, p. 116)	25
2. Esquema Proto- <i>tupi</i>	44
3. Esquema Família <i>tupi-guarani</i>	45
4. Limites de Castanhal	57

## LISTA DE QUADROS

1. Taxionomia de natureza física	30
2. Taxionomia de natureza Antropocultural	32
3. Natureza dos topônimos	60
4. Descrição toponímica, etimológica e taxionômica dos topônimos do <i>tupi</i> da cidade de Castanhal	63
5. Estrutura morfológica e formação dos topônimos	76
6. Porcentagens	81

## LISTA DE ABREVIATURAS

<i>s.m</i>	substantivo masculino
<i>s.f</i>	substantivo feminino
<i>corr.</i>	correspondente
<i>var.</i>	variação
T.	<i>tupi</i>
<i>Adj.</i>	Adjetivo
VLB	Vocabulário na língua brasílica
<i>s.c</i>	<i>scilecet</i> (a saber)
<i>c.p</i>	compare
<i>c.</i>	composto

# SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2	DA NOMEAÇÃO AOS TOPÔNIMOS .....	14
2.1	<b>O ato de nomear</b> .....	14
2.2	<b>A onomástica</b> .....	16
2.3	<b>Os topônimos</b> .....	18
2.3.1	Panorama dos estudos toponomásticos. ....	23
2.3.2	Processos de criação dos topônimos.....	25
2.3.3	A motivação toponímica .....	26
2.4	<b>A taxionomia toponímica</b> .....	28
2.4.1	Classificação das taxes .....	30
3	DO <i>TUPI</i> À ORIGEM DA CIDADE DE CASTANHAL .....	34
3.1	<b>Língua <i>Tupi</i> e suas marcas</b> .....	34
3.2	<b>A cidade de Castanhhal</b> .....	44
3.2.1	Castanhhal: de núcleo à vila e logo a município. ....	51
3.2.2	Limites da cidade de Castanhhal: descrições técnicas.....	53
4	RASTROS INDÍGENAS EM CASTANHHAL/PA .....	56
4.1	<b>Estabelecimentos do corpus da pesquisa</b> .....	56
4.2	<b>Levantamentos do corpus</b> .....	57
4.3	<b>Topônimos na cidade de Castanhhal – PARÁ.</b> .....	59
4.3.1	Formações dos Topônimos .....	66
4.4	<b>Descrições morfológica dos topônimos de origem <i>tupi</i>.</b> .....	74
4.5	<b>Topônimos do <i>tupi</i>: signos resguardados na memória.</b> .....	81
4.5.1	Topônimos e o silêncio: esquecimento forçado?.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

## 1. INTRODUÇÃO

A onomástica como ciência se encarrega do estudo de nomes próprios assim como a compreensão do processo no qual a denominação ou batizado se desenvolve, colocando em evidência o estudo dos nomes de pessoas – ou seja, os antropônimos – e dos nomes de acidentes geográficos e humanos, doravante topônimos. Os estudos toponomásticos, por sua vez, têm como principal objetivo entender não só o processo de nomeação, mas também as informações referentes à língua, a relação que os indivíduos têm com sua localidade, seus costumes, valores, formas de trabalho, entre outros. Em outras palavras, o estudo dos topônimos revela importantes pistas que contribuem para a compreensão de partes da história de um determinado povo.

Sendo assim, este trabalho consiste em catalogar e sistematizar os topônimos de origem *Tupi*, nomes especiais com a função de nomear lugares, acidentes geográficos e humanos. Ao serem analisados detalhadamente, é possível perceber que esses nomes apresentam elementos que constituem o signo toponomástico e revelam marcas de identidades e culturas.

Entram neste cenário de compreensão da história os topônimos de origem *tupi* de Castanhal/Pa, corpus de investigação deste trabalho, que se configuram como marcas deixadas, através do tempo, pelos antigos moradores da região. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, investigamos as informações sobre eventos históricos, como a construção da ferrovia Belém/Bragança e a organização dos núcleos coloniais. A demarcação dos núcleos tinha como um dos principais objetivos resolver o problema emergente de povoamento às margens da futura estrada de ferro e da produção agrícola que abasteceria a capital (Belém) com insumos alimentares. E é neste contexto de colonização e construção da estrada de ferro que surge a Cidade de Castanhal, a qual passou por vários títulos até chegar à condição de município.

Conforme já mencionado acima, o presente trabalho tem como principal objetivo realizar o levantamento e a sistematização dos topônimos de origem *Tupi* da cidade de Castanhal/Pa. Desse modo, para desenvolvermos este estudo foi necessário buscar os topônimos de origem *Tupi* em duas cartografias cedidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira é de 1982, apesar de ter sido atualizadas em abril de 1990, com escala de 1:10.000, e a segunda é de 1998,

com escala de 1:100.000. Também foi necessário recorrer aos mapas criados pela Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal (SESMA), Departamento de Endemias. Estes mapas são confeccionados pelos agentes de saúde de forma periódica com vistas a registrar detalhadamente cada ponto da cidade para controle das endemias.

Assim, procedemos às investigações para fazer o levantamento de topônimos, elementos que revelam muito sobre a relação do homem com a história, com os costumes e com o meio em que vive.

Os topônimos de Castanhal, que acompanham o transcurso do tempo e chegam aos nossos dias, fazem parte da história da estrada de ferro que se origina em Belém e, no seu percurso, cruza a cidade de Castanhal até chegar à cidade de Bragança. Foi neste período de construção da estrada de ferro que vão se trazendo à tona nomes simples que são transformados em topônimos, marcando desta forma os espaços geográficos com rastros indígenas.

A busca de estudos a respeito do léxico toponímico nesta região confirmou exíguo número de pesquisas sobre esse assunto, o que nos motivou a realizar o presente trabalho, com o intuito de construirmos a catalogação dos topônimos de origem *Tupi* da cidade de Castanhal. Para tal efeito nos baseamos sobretudo nos estudos realizados por Dick (1990, 1999), que se inclui dentre os precursores dos estudos toponímicos brasileiros.

Para a concretização desse estudo, optamos pela sua divisão em três partes. No primeiro momento, partimos das acepções de conceitos sobre onomástica, topônimos, motivação toponímica e taxionomia, com base em textos de cunho teórico, crítico e histórico; dentre os quais estão os de autoria de Andrade (2010), Carvalinhos (2003), Cunha (1992) e Dick (1990). Nesse sentido, desenvolvemos um texto explicativo apresentando acepções mais gerais sobre o ato de nomeação e, posteriormente, direcionaremos a nossa explanação à toponímia e suas motivações. Na segunda parte, tratamos da língua *Tupi*<sup>3</sup>, com o objetivo de apresentar um breve panorama histórico a respeito da trajetória dessa língua. Para tanto, falamos sobre os tupinambás, os tupiniquins e os tapuios. Apresentamos também, nessa seção do trabalho, alguns autores que discutem possibilidades sobre a origem e evolução dessa língua. Desenvolvemos nossa discussão a partir dos seguintes teóricos: Edelweiss (1947; 1969), Rodrigues (2010), Bessa Freire (2003), entre outros. Nessa perspectiva,

---

<sup>3</sup> O termo língua *tupi* será explorado no item 3.1.

ainda na mesma parte, exploramos sobre a historiografia da cidade de Castanhal, fazendo o levantamento de elementos históricos que ajudam à compreensão e conhecimento do contexto em que a cidade foi fundada.

Na terceira parte, exploramos o corpus, fazendo o devido levantamento dos topônimos, catalogação e apresentação de algumas fichas lexicográficas. É importante destacar que as fichas organizadas por Dick (2004), foram adaptadas conforme a necessidade da nossa pesquisa. Fazendo uso desta ficha investigaremos os topônimos e suas taxes assim como a descrição de cada um dos topônimos encontrados os rastros indígenas plasmados nos topônimos.

E finalmente, exploramos concepções de memória, esquecimento e resistência. Os teóricos que embasaram nossa discussão foram, principalmente, Gagnebin (2009) e Orlandi (1997; 2008).

Embasando-nos nestas partes, tecemos algumas considerações sobre a respeito dos topônimos *tupis* na cidade de Castanhal, evidenciando alguns resultados obtidos a partir de estudo toponomástico.

## 2 DA NOMEAÇÃO AOS TOPÔNIMOS

### 2.1 O ato de nomear

A interação entre indivíduos se dá pela língua/linguagem nos infinitos espaços sociais. Como fruto dessas interações, surge a necessidade de nomear esses espaços, realidades inventadas ou não, em que se inserem os sujeitos e os objetos materiais, as coisas. No dizer de Bakhtin (2003, p. 261),

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. [...] Esses enunciados (oral e escrito) refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.

Dessa forma, ao analisarmos a ideia do autor, entendemos que o 'enunciado', neste caso o nome, reflete o seu conteúdo e evidencia a dialética existente entre o nomeador e o espaço a ser nomeado. Ou seja, tanto os sujeitos quanto os espaços influenciam-se na construção dos sentidos. No que concerne aos sujeitos, o ato de nomear revela a importância dessas inscrições no espaço para construção do imaginário social, da cultura. Esse processo visa a dinamizar, sistematizar e/ou materializar os discursos, funcionando como um depósito onde são guardados vivências e significados que serão repassados para futuras gerações. Nessa perspectiva, Berger e Luckmann (2004, p.60) explicam que o ato de nomear como produção de linguagem assume o sentido de tornar presentes ideias e objetivos que estão espacial, temporal e socialmente distantes da atualidade.

Dentre os diferentes procedimentos de nomeação/de inscrição dos sujeitos no espaço, encontramos a atividade toponomástica, que traduz um dos comportamentos humanos que visam a construir uma relação entre o homem e o meio, o espaço, a realidade e a história, fazendo com que se construa um universo cultural e social que perpetue sua época, sua história.

A atividade toponomástica, anteriormente mencionada, não se restringe somente ao ato de batizar, mas também ajuda a dar contornos à história e à vivência de um povo. Por conseguinte, deixa plasmadas, em ambas, suas marcas. Entre esses rastros, encontram-se os topônimos, configurando-se como elementos, como ferramentas que poderão ajudar a construir e a reconstruir lapsos de histórias, comportamentos, formas de vida e maneiras de significar o ambiente por determinado grupo social.

Como se pode ver nos nomes Europa e América, as representações se constituem de forma diferente, uma vez que o uso do termo Europa assume uma relação de identidade coletiva e é reconhecida pelos habitantes da comunidade europeia. Dentre as ações que evidenciam essa identificação, destaca-se a união econômica e política conhecida como U.E. (União Europeia). Grande maioria das nações vinculadas ao acordo, apesar das controvérsias e diferenças, legitima o bloco econômico do continente como representante dos seus interesses e conseqüentemente da sua cultura.

Em uma direção um pouco diferente, o termo América denota um sentido no qual não percebemos a mesma relação de identificação europeia por parte das nações pertencentes ao continente americano. As particularidades vividas pelo continente do Novo Mundo refletem uma polarização do uso do termo, como representante quase que exclusivamente para os indivíduos nascidos nos Estados Unidos, e o restante da população desse continente não se identifica como americano. Daí o uso de termos que funcionam como alternativas ou saídas no processo de representação dos países do continente americano, como podemos perceber nas palavras: centro-americanos, sul-americanos e norte-americanos.

Nesse sentido, os dois topônimos, Europa e América, têm características que revelam caminhos, rumos que mostram as razões, as motivações e escolhas dos nomes no ato da nomeação. Dessa maneira, por meio do processo de nomeação, existe a possibilidade do esclarecimento e compreensão dos traços identitários de uma dessas duas culturas.

Outro contexto extremamente revelador, ainda sobre a nomeação, diz respeito ao processo de colonização da América promovida por Portugal e Espanha. Segundo Buarque de Holanda, na sua obra *Visão do Paraíso* (1994), as duas realidades colonizadoras, constituídas pelos dois países da península Ibérica, refletem

as propostas políticas e os objetivos que justificaram as estratégias adotadas por cada uma das nações.

Neste ponto, aliás, o pendor natural dos conquistadores que se internavam em busca dos segredos da terra, encontra o apoio e estímulo na própria Coroa castelhana, ao passo que Lisboa, interessada, embora, nessa mesma busca, tende a estorvar o estabelecimento de moradores no sertão, visando a favorecer antes de tudo, a ocupação do litoral. Assim enquanto o legislador castelhano procura evitar expressamente que se elejam para o povoamento as partes da marinha, apresentando as razões que desaconselham essa medida, o contrário se pode ver no Regimento de nosso Tomé de Sousa, considerado por Serafim Leite 'documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição, tendente à unificação jurisdicional, já com os elementos aptos para uma colonização progressiva' (BUARQUE DE HOLANDA, 1994, p. 326)

Essa forma de estabelecimento geográfico, destacada pelo autor, sinaliza a prioridade de cada um dos grupos no decorrer da exploração das novas terras. Por um lado, nos autoriza afirmar que os portugueses permaneceram nas costas, certamente pela facilidade para escoar as mercadorias, enquanto que, pelo outro, os espanhóis buscaram o interior do continente, indo além, atentos a outros aspectos, entre os quais, a expansão do império espanhol. Essa ideia de extensão encontra respaldo em topônimos como Nova Espanha, Córdoba, Santiago, Cartagena, Guadalajara, entre outras. Tal atitude além de nomear serviu como recurso para assimilação do Novo Mundo, uma vez que tornava familiar, por meio dos nomes, as novas terras diante dos olhares europeus.

Para compreendermos todo esse desenrolar de atividades de nomeação, se faz necessário a explicitação de conceitos que fazem parte desse universo toponomástico realizado pela sociedade.

## **2.2 A onomástica**

A Onomástica é a ciência da linguagem que tem duas áreas específicas de estudo: a antroponímia e a toponímia, ou seja, se encarrega de estudar os nomes próprios, suas origens e como se dá o processo de nomeação. Acreditamos que com ajuda da onomástica se possa analisar e compreender dimensões culturais da sociedade, assim como uma visão aproximada da realidade. Carvalho (2011, p. 2) corrobora essa afirmação ao ressaltar que "no processo da nomeação, inserem-se a

sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram *cristalizadas* e *eternizadas*, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome (...)"

Ainda sobre a onomástica Carvalinhos (2003, p. 172), entre outros<sup>4</sup>, destaca que os estudos onomásticos, além de ajudarem a reencontrar léxicos desaparecidos, verticalizam-se também em reconstruir os significados, a encontrar o padrão motivacional de determinada região.

Continuando o raciocínio da referida autora é importante comparar os estudos onomásticos com os achados arqueológicos no que concerne ao fazer reconstrutivo e evidenciador de traços da língua já perdidos ou esquecidos. A análise da estrutura interna e externa de um topônimo ressalta, na maioria das vezes, elementos cristalizados de fatos sociais e linguísticos desaparecidos, fazendo com que se recuperem rastros, marcas de formas de viver e de como a sociedade se apropriava do meio em que habitava, bem como qual era a sua relação com a natureza.

Para Dick (2007), a onomástica é mais do que um fator que ajuda a compreensão do agir e viver da sociedade. Esta ciência, segundo a autora, representa o rumo, o indício, o rastro que a fala deixa na historicidade de uma sociedade. A onomástica investiga a significação do nome, evidenciando traços culturais e linguísticos, e faz compreender o padrão motivacional que estimulou o denominador/nomeador no momento da escolha de um determinado nome. Ainda segundo a mesma autora, a onomástica deve ser incluída no campo da linguística, pois estão em jogo fatores culturais e linguísticos, sendo estes últimos "[...] o antecedente motivador do batismo de pessoas ou lugares" (DICK, 2007, p. 144).

A essência da onomástica é o nome, interessa-lhe exatamente o processo em que a palavra deixa de ser genérica e é transformada em nome especial, isto é, deixa de ser um léxico comum para ingressar no âmbito referencial. Nesse âmbito, a palavra inclui o conceito e cristaliza o nome que é passado para gerações futuras (SEABRA, 2006).

Dessa maneira, a onomástica como ciência maior tem no seu domínio o estudo minucioso dos nomes de acidentes geográficos e humanos que ajudam por sua vez a esclarecer e evidenciar a relação do homem com seu meio, conforme veremos na seção seguinte.

---

<sup>4</sup> Tavares 2008; Seabra, 2006; Carvalho, 2011.

### 2.3 Os topônimos

Os topônimos representam nomes próprios de acidentes geográficos e humanos que os sujeitos atribuem no ato de nomear. Um exemplo muito pertinente de topônimo é o nome América. Inicialmente, este nome foi dado para homenagear Américo Vespúcio, um dos primeiros exploradores a garantir, conforme a história, a chegada dos europeus ao continente americano; dado esse acontecimento, atribuiu-se o seu nome às novas terras. Podemos observar, com esse exemplo, o processo de nomeação e motivação ligado ao continente americano.

Outro exemplo importante é citado por Pupo-Walker (1982, p. 46) em seu estudo sobre a influência da literatura na produção historiográfica, no qual o autor discute aspectos relacionados à justificativa apresentada pelo cronista espanhol Gonzalo Fernández de Oviedo (1959), ao tentar identificar as novas posses geográficas, terras do Novo Mundo, como as Ilhas das Hespérides<sup>5</sup>. A iniciativa, proposta pelo cronista espanhol, de transferir as ilhas das ninfas do poente representadas na mitologia grega para as novas terras funcionou como uma forma de eclipsar a importância dos feitos realizados por Cristovão Colombo durante a sua navegação e chegada às Novas Índias.

Essa transliteração da tradição presente na mitologia grega visava a menoscar a importância do achado de Cristovão Colombo e, assim, evitar os privilégios oferecidos pela coroa aos descendentes de Colombo.

Embora esse segundo exemplo de nomeação não tenha se efetivado, como a própria história na atualidade confirma, cabe destacar a evidência dos passos executados nesse processo de nomeação organizado por Oviedo. Em um primeiro momento, a descoberta de novas terras trouxe, por sua vez, um novo contexto, cheio de novidades e diferenças culturais, sociais e naturais. Esse conjunto motivou a necessidade de dar nome e naturalizar o contexto encontrado e, dessa maneira, dar uma marca como forma de ruptura com o estranhamento inicial diante do que era desconhecido. Desta feita, o próximo passo é nomear para poder, subjetivamente, tomar posse daquilo que até então era alheio.

---

<sup>5</sup> Segundo Robert Graves (2008, p. 156), “[...] os nomes das Hespérides, descritas tanto como filhas de Ceto e Fórcis quanto como da Noite, ou do titã Atlas, que segura os céus no extremo ocidente, referem-se ao pôr-do-sol”.

Diante do exposto, percebe-se que os topônimos têm a função de delimitar, distinguir, marcar e demarcar acidentes geográficos/humanos, conferindo-lhes características específicas, pois são “[...] importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada” (DICK, 1990, p. 21).

Sendo importantes fatores de comunicação, entendemos que esses nomes são o elo entre o passado e o presente, constroem memórias, cumprindo com o papel de “crônica de um povo”, que marca e designa lugares, objetivo principal, mas necessariamente se configuram para dar uma “[...] visão macroscópica da geografia [...]” (DICK, 1990, p. 23), neste caso, castanhalense. Carvalho (2011, p. 2) acrescenta que o topônimo representa “viajar no tempo e no espaço para perceber que, no processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram *crystalizadas* e *eternizadas*”, sendo assim, é com ajuda destes nomes singulares que podemos ‘enxergar’ o passado e rastros da história de um determinado lugar.

No livro “História dos índios no Brasil”, Cunha (1992) faz menção ao ato de nomear, acontecimento ocorrido desde a chegada dos colonizadores ao Novo Mundo: “[...] Deste paraíso assim descoberto, os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiam um nome – atividade propriamente acadêmica – e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem” (CUNHA, 1992, p. 9).

Na citação anterior, podemos verificar a necessidade que os europeus tinham de nomear no intuito de se “apossar e demarcar” os lugares que percorriam. Entendemos, assim, que há nessas nomeações uma questão político-econômica muito forte, que é a expansão de territórios tanto portugueses como espanhóis. Esta necessidade de ‘demarcar’ se vê expressa no dizer de Buarque de Holanda:

Não só o deslumbramento de um Colombo divisava as suas Índias e as pintava, ora segundo os modelos edênicos provindos largamente de esquemas literários, ora segundo os próprios termos que tinham servido aos poetas gregos e romanos para exaltar a idade feliz (BUARQUE DE HOLANDA, 1994, p. 185)

Evidencia-se que era indispensável desenhar um cenário perfeito, pois se configurava como uma das formas de garantir o projeto explorador e colonizador, bem

como a conquista desse novo espaço e promovê-lo como uma forma de legitimar a viagem e garantir a continuidade do financiamento do projeto.

Essa iniciativa demarcadora pode ser notada com precisão no ato de “carimbar/nomear” estas terras, uma forma de conferir poder a cada colonizador. Não podemos desconsiderar a corrida pelo reconhecimento e pela glória de seus nomes na história, argumento recorrente nesse momento da história, segundo Irving na sua obra *Los libros del conquistador*.

Conforme Dick (1990), a nomeação era uma atividade cotidiana para os europeus na “descoberta” de novos povos e realidades. À época da colonização, não foi diferente, principalmente os europeus tinham esta urgência, pois entendiam que precisavam demarcar o novo paraíso. Assim, todo topônimo de origem indígena foi sendo apagado, reorganizado, rebatizado, para conferir às novas terras “marcas”, no caso do Brasil, lusitanas.

Com o processo de nomeação/demarcação de territórios, verifica-se que a grande maioria dos topônimos do período da colonização é de origem indígena e que esses faziam parte do *tupi*.

Como medida de mudar essa realidade, houve dois períodos de apagamento de topônimos nativos, conforme se pode verificar em Dick (1990, p. 54, grifo nosso), ao afirmar que

[...] existe documentação suficiente para determinar, com precisão, o deslocamento de topônimos portugueses, já consagrados em Portugal, para localidades da região norte do país, denominadas com os nomes indígenas dos primitivos habitantes. [...] numa primeira fase, a denominação autóctone foi alterada por motivos de convicção religiosa dos padres missionários e colonizadores, e, num segundo momento, a alteração consubstanciou medida régia pelo Marquês de Pombal, ao perceber, na permanência dos nomes de lugares indígenas, uma forma indireta de se **conservarem vivos os idiomas nativos**, tornados proibidos de se difundir, a partir de então.

Apagar para logo inserir nomes lusitanos era a vontade de Pombal. “Desmarcar”, desfazer e renomear era necessário, como se pode observar na citação acima, para “apagar” a identidade, “ensinar” e “dar” nova identidade aos nativos da época. Os europeus entendiam que somente com ajuda dessa “nova identidade” o Brasil chegaria ao sonhado desenvolvimento. Desmanchar e desfazer a identidade eram processos que dialeticamente estariam consolidando e impondo uma nova

identidade a partir da ajuda dos nomes lusitanos. Nomes estes que “[...] acabam por desnaturar o quadro histórico da região. Ao se transpor motivos portugueses para uma realidade distinta, criou-se uma nomenclatura artificial, distinta daquela primeira, que se adequava, por méritos naturais, aos que identificava” (DICK, 1990, p. 56).

Seguindo a historicidade, pode-se observar que, depois de um longo processo de “apagamento” dos nomes nativos, isto é, da substituição dos topônimos indígenas por nomes lusitanos, houve a necessidade de voltar atrás. Foi necessária uma “restauração” desses nomes indígenas com vistas a uma preservação da identidade nacional.

A ação de reestruturação dos nomes lusitanos por nomes nativos se deu porque ao indígena não se lhe plasmava a consciência mercantilista do europeu, deixando sempre, do ponto de vista do “branco”, a desejar nas suas atividades comerciais e de organização. Dessa forma, entende-se que, ao índio, deve-se dar a “liberdade” e conceder-lhe “novamente” o título de dono das terras.

Nesse momento da história do Brasil colônia, observamos como a utilização dos nomes “estrangeiros” não influenciaram os indígenas, fazendo com que estes ficassem sem “sentido”, sem valor para os habitantes nativos. Conferimos, então, que os topônimos não são simples “demarcadores” de lugares, mas, sim, fazem parte da construção identitária de uma nação.

Concomitante à mudança de nomes lusitanos por nomes indígenas, se observa que os componentes culturais lusitanos não recebem uma boa aceitação e difusão, havendo, então, a necessidade de entender e assimilar, por parte dos “brancos”, elementos culturais dos nativos para que, dessa maneira, pudessem, de fato, se adentrar e “misturar” à cultura nativa. Assim, tem-se o que se denomina de esvaziamento semântico, fenômeno em que os significados dos nomes se perdem, pois não há a devida adaptação, assimilação e uso. Não se “[...] adaptavam ao novo meio social, por exemplo, burgo, castelo, solar, herdade”. (DICK, 1990, p. 65).

Esta necessidade de apropriação e assimilação dos elementos étnicos torna-se fundamental para que os europeus participem da cultura indígena e, conseqüentemente, dos seus costumes, hábitos e tradições, crenças e atitudes. Para esse feito, além do conhecimento da terra por onde o indígena percorria, era necessário que os colonizadores se apropriassem da ferramenta pela qual tudo se consolida: a língua.

Gnerre (1985) corrobora o poder que a língua exerce, fazendo menção à obra *Diálogo em louvor a nossa linguagem*, escrita por João de Barros (1539), em que este último ressalta

A língua é [...] um instrumento para a difusão da 'doutrina' e dos 'costumes', mas não é somente instrumento de difusão, pois "as armas e padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os Portugueses nestas terras deixaram". Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a dominação acabe. (GNERRE, 1985, p. 14)

Destarte, a língua é o instrumento que cada povo tem para demonstrar sua sabedoria, seus costumes, sua vivência e seus saberes. Segundo Sapir (1969, apud DICK, 1990, p. 65), "[...] o vocabulário constitui, na realidade, 'um indicador expressamente sensível' da história da cultura dos povos, o que se reflete na natureza diferenciada das línguas".

Os europeus precisaram aprender com os indígenas sobre a sua cultura e o seu conhecimento em função dos seus objetivos e como forma de adentrar efetivamente na realidade do nativo. Ao efetivar essa aproximação, assimilar a realidade dos nativos e fazer parte dela, o europeu se encontra numa realidade com

[...] característica fundamental do gênero de vida destes índios: uma sociedade de caçadores. O mundo animal, intimamente ligado à sociedade humana, através dos elementos ergológicos e animológicos que compõem o patrimônio cultural deste grupo, está presente na maioria dos topônimos (DRUMOND, 1965 *apud* DICK, 1990, p. 68).

Drumond (1965 *apud* DICK, 1990), acertadamente, entende os topônimos como elementos que mostram a intimidade da sociedade nativa, já que com esses nomes pode-se conhecer muito sobre a natureza, a sociedade e realidade indígena. Os europeus se apropriam destes elementos, apreendendo-os, e conseguem adentrar na realidade nativa na época da colonização.

Retomando o que foi desenvolvido nesta seção, discutimos o conceito de topônimo, apresentando alguns exemplos, tais como América, ilha Hespérides e Europa. Ocupamo-nos também das marcas responsáveis pela simbolização de um povo e que, ao mesmo tempo, revelam maneiras que o homem desenvolve para se relacionar com o espaço. Com vistas ao desdobramento dessa discussão, sobre

topônimos, abordaremos, a seguir, sobre o Panorama dos estudos toponomásticos e sem seguida sobre o processo de criação dos topônimos.

### 2.3.1 Panorama dos estudos toponomásticos.

Os estudos toponomásticos inserem-se no segundo momento da linguística na história. Segundo Carvalinhos (2008, p. 4), na primeira parte da história da linguística (século XVIII), o objeto de investigação se centrava na filosofia. Num segundo momento, houve a necessidade de redefinir o objeto de estudo desta ciência, pois os estudos se centraram em investigar o parentesco que existia entre as línguas indo-europeias. Neste momento, insere-se a sistematização toponímica pela necessidade de encontrar a relação dos nomes próprios à realidade social e de entender que função estes nomes tinham com a realidade.

No século XIX, houve o esforço de Auguste Longnon em inserir a disciplina Toponímia na *École Pratique des Hautes-Etude* (Paris) (CARVALINHOS, s/d, p. 4). Este feito influencia Dauzat na França (século XX), contribuindo com sua obra **Les noms de lieux**, em 1928. Este último sistematiza os estudos toponomásticos com o **método das áreas e dialetologia (geografia linguística)**.

Existem outros teóricos/pesquisadores que são fundamentais para a análise e catalogação dos topônimos, como George Stewart cientista estadunidense, que investiga os topônimos indígenas e Maria Vicentina Dick, em São Paulo, que desenvolve junto com os seus colaboradores o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) (CARVALINHOS, 2008).

No Brasil, os estudos sobre toponímia brasileira iniciam-se com algumas frentes, representadas pelo Prof. Dr. Plínio Ayrosa que era responsável pela cadeira de Etnografia e Língua Tupi na Universidade de São Paulo (USP), seguido pelo seu sucessor Carlos Drumond. Evidencia-se também os estudos de Frederico Edelweiss e Farâni M. Guérios, sendo este último um importante escritor, filólogo, dicionarista e lexicólogo.

Convém destacar neste momento a observação feita por Carvalinhos (2008, p. 11), quando se refere à realidade europeia e brasileira. A autora destaca que a primeira realidade é pautada pelo resgate etimológico e linguístico, já a realidade brasileira, contrasta com a europeia pois se caracteriza pelo viés multidisciplinar e

possibilita a assimilação da “visão do mundo impressa nos nomes de lugar”. Assim, se evidencia que a combinação das diferentes ciências tem o intuito de relacionar três elementos fundamentais nos estudos toponímicos, o homem, o espaço e a temporalidade. Portanto, a pesquisa realizada no Brasil apresenta alcances diferenciados, indo além do resgate etimológico, buscando outros aspectos que possam colaborar na construção do sentido do topônimo, tais como homem, espaço e tempo.

Outro ponto muito importante, a nosso ver, é a compreensão de trilhas deixadas nos nomes e que mostram rastros de elementos motivadores dos nomeadores.

Levando em consideração, principalmente, a motivação, o objetivo do Atlas Toponímico do Brasil (ATB)<sup>6</sup> é evidenciar os rastros deixados nos e pelos topônimos, fazendo-se a sistematização destes topônimos de maneira a mostrar caminhos que ajudem a compreender a história da sociedade e a construção da realidade dos diferentes povos.

Atualmente existem outros Atlas toponímicos que estão sendo construídos em diferentes universidades federais, a saber:

- Atlas toponímico do estado de São Paulo – ATESP, (USP);
- Atlas toponímico do estado de Minas Gerais – ATEMG, (UFMG);
- Atlas toponímico do estado de Mato Grosso – ATEMG, (UFMT);
- Atlas toponímico do estado de Mato Grosso do Sul – ATEMS, (UFMS);
- Atlas toponímico do estado do Paraná – ATEPAR, (UEL);
- Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins, (UFT).

E finalmente o Atlas toponímico da Amazônia Ocidental – ATA OB, (UFAP).

Estes estudos toponomásticos buscam o levantamento de topônimos no intuito de entender padrões motivacionais e lapsos de memória que possa ajudar a reconstituir partes da história de determinadas regiões pesquisadas. Não perdendo de vista a motivação, estes estudos se verticalizam na compreensão e interpretação da motivação com ajuda da análise das estruturas internas de um topônimo (etimologia, morfologia e semântica). Discutiremos a seguir sobre este elemento que

---

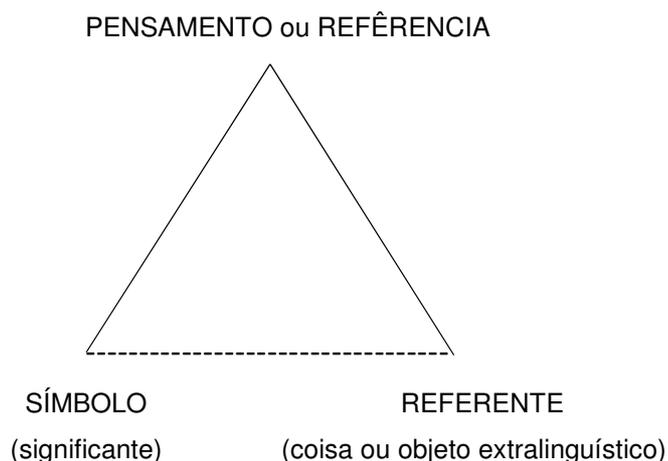
<sup>6</sup> O Atlas Toponímico do Brasil é coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick da FFCLH/USP. Tem como principal objetivo a catalogação dos topônimos com auxílio de folhas cartográficas, estado a estado, numa visão macro das ocorrências toponomásticas (ANDRADE, 2010, p. 125).

faz parte do ato de nomear, mostrando como ele permeia este ato dando a força motriz para a criação de cada topônimo.

### 2.3.2 Processos de criação dos topônimos

O ato de nomear detém no seu interior processos que devem ser levados em consideração para uma melhor compreensão dele próprio. Sendo assim, é importante destacar que, segundo Ullmann (1964, p. 116), existem três elementos na composição do nome/palavra: “<<nome>>, <<sentido>> e <<coisa>>”. O triângulo de Ogden e Richar, ilustrado a seguir, nos elucida mais sobre os elementos que se consolidam na coisa. O *nome* ou significante (imagem acústica) se liga ao *sentido*, conceito (referência) e à coisa (de Ogden e Richard).

Fig. 1- Triângulo de Ullmann (1964, P. 116).



Nessa dinâmica de significado, significante e referente permeiam a motivação. Segundo Dick (1990), é justamente a motivação que diferencia os nomes comuns dos nomes próprios ou especializados (topônimos), pois o signo (nome) é concebido arbitrariamente, mas, quando o nomeador pensa na palavra como batismo, como ato de dar marca a um acidente geográfico, por exemplo, a palavra se configura e ganha forma de nomes especializados. Por exemplo: Rio Urubu<sup>7</sup>: Urú- bū ‘galinha preta, ave negra’ (substantivo comum), (*Cathartes*). Alt. Urumú. Esse nome inicialmente é

<sup>7</sup> Exemplo de topônimo retirado do livro Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins. (Andrade, 2010, p.168)

comum logo mais ele é permeado pela motivação, adquirindo o status de nome próprio.

Continuando com a explicação de Dick (1990), a nomeação envolve alguns passos cognitivos até chegar ao produto final a se apreciar. Num primeiro momento, há (a) a percepção biológica dos objetos, que logo se transformam em (b) substâncias estruturadas pela percepção e apreensão (nesse momento, a estruturação se vê delimitada pelo universo vivencial do indivíduo). Num segundo momento, observamos (c) o processo de conceptualização – aqui, acontece a formação de modelos mentais (que correspondem aos recortes culturais) – e (d) a produção de significação (lexemização) para haver (e) a produção discursiva (utilização das lexias) e, finalmente, acontece o (f) abandono do nível cognitivo para o produto signo.

Em outras palavras, “[...] instala-se a cadeia onomasiológica propriamente dita, em um determinado espaço, o que possibilita o desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um modelo ou padrão de nomes” (DICK, 1990 apud SIQUEIRA, 2011, p. 193).

Para completar nosso raciocínio sobre a formação dos topônimos (signos) analisemos o que Guiraud (1989) especifica sobre a noção de signos. Ele divide três noções do signo linguístico, a noção de arbitrariedade, a motivacional e a convencional. Para o autor a noção convencional não exclui a noção de motivado e explica que na falta deste último somente a convenção atesta o significado. Entende-se também, que há uma quantidade considerável de palavras que são motivadas e que no apagamento desta motivação ela vá perdendo força e sentido até que a palavra cai no âmbito arbitrário.

Se por um lado temos a ideia de que toda palavra é arbitrária, Guiraud (1989) enfatiza que “todas as palavras são etimologicamente motivadas”, desta forma para chegarmos a uma maior compreensão trabalharemos logo a seguir especificamente sobre a motivação.

### 2.3.3 A motivação toponímica

Inicialmente, para falarmos de motivação é condição *sine qua non* referenciar a explicação que Dick (1990), interpretando George Mouly, faz a respeito do termo motivo. Segundo a autora, o motivo está composto por condições internas do indivíduo e por condições externas. Estas condições externas serão interpretadas, por sua vez,

por forças internas que entendemos como elementos que ajudam o indivíduo a escolher determinado topônimo. Essa escolha é permeada por mecanismos seletivos que são traduzidos por vivências de mundo, compreensões culturais, objetivos e registros anteriores que fazem parte do cognitivo do indivíduo que nomeia. Assim sendo, “[...] a motivação envolve uma complexa interação das condições do indivíduo e do ambiente total em que se encontra” (DICK, 1990, p. 49).

Esse processo que se desenvolve no ato de nomear é “influenciado” por uma motivação, uma seleção e manipulação dos processos mentais configurando-se em topônimos. São “influências positivas ou negativas” (DICK, 1990, p. 61) que ajudam a estruturar os topônimos fazendo com que palavras simples sejam caracterizadas em nomes próprios e se cristalizem na história e na identidade de um povo.

Observando os estudos desenvolvidos sobre topônimos (SAPIR, 1984; DICK, 1990; TAVARES, 2008), podemos compreender que a motivação é a principal característica diferenciadora do restante do nome comum desde sua criação. Sendo assim, o nome é estimulado pelas características físicas de um determinado local, como também pelo caráter anímico e cognitivo do nomeador a suas impressões, crenças, sentimentos (ANDRADE, 2010).

Outro ponto que merece destaque e que tem relação com a motivação, a nosso ver, é a ação que permeia o momento de nomear. Assim, quando o nomeador/denominador descreve o acidente geográfico ou humano pelas características mais diretas (cor, localização, forma, etc.), essa nomeação, segundo Dick (1990), é feita de modo objetivo e é considerada descritiva pura. Se o nomeador/denominador nomear levando em consideração aspectos anímicos (conceito de belo, feio, etc.), essa forma de nomear é realizada de modo subjetivo e é considerada descritiva associativa. Como exemplos na nossa investigação observe-se os topônimos com características diretas: Ipiranga < *y-piranga* (água vermelha) e Ibirapuera < *yvyra-puera* (pedaço de tronco ou cepo); e com características descritivas associativas os topônimos Capanema < *ka'a-panema* (mato imprestável) assim como Cariri < *cariry* < *kiriĩ* (taciturno, silencioso, calado).

Dick (2007) explica que o recorrente é o nomeador/denominador partir do que ele já conhece, do que ele já viveu para logo determinar o nome em questão. Ou seja, o nomeador/denominador faz a nomeação toponímica usando o léxico que já está no seu esquema mental, podendo ser de modo objetivo ou subjetivo. Mas existem as

denominações que a autora reconhece como “fora do muro”, nomeações estas que se fazem “na ausência do objeto e suas circunstâncias”, buscando o alheio ao sistema lexical do nomeador/denominador. Em consonância com esse tipo de nomeação, temos os topônimos de homenagem, que, nas cidades, se observam nos nomes das ruas, das alamedas, das avenidas, dos bairros, entre outros.

Nas descrições de topônimos de homenagem, o processo acontece por meio da escolha do nome dado os interesses políticos do nomeador/denominador e o contexto histórico vivido nesse momento. Esse ato é seguido pela corroboração dos outros membros de diferentes grupos sociais com vistas à fixação do nome escolhido. Este procedimento é reconhecido pela autora como “aceitação tácita” (DICK, 2007, p. 142).

É relevante analisar nesta parte do trabalho, nosso entender, o que diz respeito aos topônimos transparentes e opacos. Ullmann (1964) salienta que com o passar do tempo muitos nomes se tornam opacos pois não dá para identificar o seu significado inicial e a motivação que fez parte do processo de composição deste nome. Neste caso a motivação inicial se altera, se obscurece e se apaga. Existem também os nomes transparentes, aqueles que observando a estrutura se identifica facilmente o padrão motivacional, seu significado e a relação deste nome com o acidente geográfico. É importante ressaltar também sobre a opacidade cultural em que não é possível recuperar o contexto no qual o nomeador criou o nome (TAVARES, 2008, p. 263).

Desta forma entendemos que a motivação é uma parte fundamental no processamento de um topônimo e que imediatamente depois de ser feita a nomeação tais nomes mostram correspondências entre si podendo ser agrupados, os topônimos, em taxes. A continuação será desenvolvida uma seção em que abordaremos as classificações de cada taxes, bem como a suas descrições.

#### **2.4 A taxionomia toponímica**

A taxionomia toponímica surge com o intuito de organizar “[...] a tessitura toponomástica de um território, o amalgama discursivo, pragmático e semântico que fomenta a nomeação de lugares” (ANDRADE, 2010, p. 110).

As categorias taxionômicas foram pensadas por Dick com o intuito de sistematizar as características e ordená-las levando em consideração o produto

gerado, ou seja, os topônimos, as recorrências de algumas características dos topônimos, assim como o padrão motivacional. Essas categorias toponímicas tentam respeitar características observadas nos topônimos, levando em consideração recorrências das motivações, das características dos topônimos, das características dos acidentes geográficos físicos e antropoculturais.

A sistematização das características em taxes, segundo a mesma autora, é mais um critério metodológico de organização toponímica, deixando claro que esta “[...] escolha não implica, diga-se de passagem, em qualquer razão subjetiva ou preferencial, implícita em uma ou outra das categorias classificatórias” (DICK, 1990, p. 113), mas é, sim, exclusivamente uma tarefa de ordenamento sistemático que contribui sobremaneira com a tarefa do pesquisador na hora da investigação toponímica.

É importante ressaltar aqui a diferenciação que se faz em relação aos passos a serem percorridos na classificação toponímica já que não se recorre ao componente histórico para averiguação do significado dos topônimos, mas sim à “interpretação linguística de seus elementos formadores”, a qual será considerada em nossas análises. Quando se precisa de análises de dados diacrônicos, se lança mão do estudo descritivo das taxes. Sendo assim, a autora afirma haver uma diferenciação em relação às técnicas do toponimista G. R. Stewart e aos estudos realizados por ela aqui no Brasil. Esta técnica se utiliza da “volta à intenção do denominador, no ato da nomeação”, fato este que a pesquisadora pretende evitar por entender que, em muitos dos casos, é muito dificultoso chegar à intenção do denominador por causa da distância histórica. O “recoo ao passado histórico”, no caso do Brasil, tende a truncar a obtenção de alguns dados necessários para a compreensão da intenção do denominador. (DICK, 1990, p. 24-25).

Entendemos, dessa maneira, que, para se chegar à organização das categorias taxionômicas, aqui no Brasil, se dá ênfase aos estudos descritivos das taxes – conforme classificação apresentada abaixo – a fim de se conseguir a sistematização sem, necessariamente, fazer-se o percurso de recoo histórico para obtenção do resultado. A continuação evidenciaremos estas classificações para melhor compreendermos que, a partir dessas taxes pode-se analisar componentes intra e extratoponímicos chegando-se também aos resultados esperados na investigação destes nomes especiais.

#### 2.4.1 Classificação das taxes

Nesta seção, tratamos sobre a explicação das taxes organizadas pela Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick em sua obra já mencionada. Como evidenciamos acima, Dick (1990) organizou os topônimos em taxionomias de natureza física e antropocultural. A primeira categoria (natureza física) foi subdividida em 11 tópicos ou características que abarcam os mais variados tipos de topônimos. Observemos o quadro<sup>8</sup> a seguir.

*Quadro 1: Taxionomia de natureza física*

<b>Taxionomia</b>	<b>Descrição</b>
Astropotônimos	Topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Bairro Estrela (Castanhal/PA) <sup>9</sup> ; Estrela (BA)
Cardinotopônimos	Topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Praia do Norte (TO)
Cromotopônimos	Topônimos relativos a cor. Ex. Avenida Rio Negro (TO)
Dimensiotopônimos	Topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade. Ex. Rua do Contorno, Castanhal/PA; Igarapé Profundo (RO)
Fitotopônimos	Topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjunto da mesma espécie, ou espécies diferentes, além de formações não espontâneas. Ex. Avenida Girassol, (Castanhal/PA), Buriti do Tocantins (TO)
Geomorfotopônimos	Topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Rua Monsenhor Maria do Lago (Castanhal/PA); Colinas do Tocantins (TO)
Hidrotopônimos	Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex. Rua Francisco Pereira Lago (Castanhal/PA); Cachoeirinha (TO)
Litotopônimos	Topônimos de índice vegetal, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos, conjunto da mesma espécie, ou espécies diferentes. Ex. Barra de Ouro (TO), Barrolândia (TO)
Meteorotopônimos	Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Serra do Vento (PB)

<sup>8</sup> Este quadro foi elaborado a partir da leitura de ANDRADE (2010), assim como o Quadro 2, apresentado a seguir. A autora elencou as taxes apresentada por DICK (1990).

<sup>9</sup> Este e os demais exemplos de topônimos da cidade de Castanhal, apresentados no quadro, foram retirados dos mapas da SESMA, Departamento de Endemias, Castanhal/PA. Já os de outras localidades foram retirados de Andrade (2010).

Morfotopônimos	Topônimos que refletem o sentido de forma geográficas. Ex. Ilha Quadrada (RS)
Zootopônimos	Topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos, não domésticos e da mesma espécie. Ex. Rios dos Bois (TO)

Vejamos agora a segunda categoria que Dick sistematizou e que se constitui em taxes com características antropoculturais. Esta categoria, assinala DICK (1990), ultrapassa em números ao grupo de taxionomias físicas.

As taxes dessa natureza se caracterizam pelo uso de nomes individuais para representar acidentes geográficos. Ressalta-se que a autora leva em consideração neste tipo de taxes, além da característica central (nomes de pessoas), aspectos culturais, assim como “modismos atuantes” na época da nomeação (DICK, 1990, p. 286).

*Quadro 2: Taxionomias de natureza Antropoculturais.*

Taxionomia	Descrição
Animotopônimos ou Nootopônimos	Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Ex. Alameda da Paz (Castanhal/PA) <sup>10</sup> ; Almas (TO)
Antrotopônios	Topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Rua Visconde de Mauá, Castanhal/PA, Travessa Floriano Peixoto (Castanhal/PA); Fátima (TO)
Axiotopônimos	Topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios ou individuais. Ex. Travessa Princesa Izabel (Castanhal/PA); Presidente Kennedy (TO)
Corotopônimos	Topônimos relativos aos nomes de cidades, países, regiões, continentes. Ex. Rua das Américas (Castanhal/PA); Filadélfia (TO)
Cronotopônimos	Topônimos que encerram indicadores cronológicos representados em toponímia, por novo/nova, velho/velha. Ex. Sítio Novo do Tocantins (TO)
Ecotopônimos	Topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex. Taipas do Tocantins (TO).
Ergotopônimos	Topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Relógio (PR).

<sup>10</sup> Este e os demais exemplos de topônimos da cidade de Castanhal apresentados no quadro foram retirados dos mapas da SESMA, Departamento de Endemias, Castanhal/PA. Já os de outras localidades foram retirados de Andrade (2010).

Etnotopônimos	Topônimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex. Rio Javaé (TO), Xambioá (TO)
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex. Há mais tempo (MA)
Hierotopônimos	Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: às associações religiosas; às efemeridades religiosas. Ex. Natividade (TO); aos locais de culto. Ex. Avenida Nazaré (Castanhal/PA). Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a) Hagiotopônimos: topônimos relativos aos nomes de santos e santas do hagiólogo romano. Ex. São Miguel do Tocantins (TO), Bairro São José, Castanhal/PA. b) Mitotopônimos topônimos relativos as entidades mitológicas. Ex. Anhangá (BA)
Historiotopônimos	Topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex. Travessa 7 de setembro (Castanhal/PA); Rua 7 de setembro (Paraíso do Tocantins/TO)
Hodotopônimos	Topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex. Estradas (AM)
Numerotopônimos	Topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois Irmãos (TO); Travessa V.P 11 (Castanhal/PA)
Poliotopônimos	Topônimos construídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Bairro Aldeia (Bragança/PA); Aldeia Wari Wari (TO)
Sociotopônimos	Topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex. Travessa Major Wilson (Castanhal/PA); Pescador (MG)
Somatotopônimos	Topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex. Pé de Galinha (BA).

Dick (1999) afirma que esta sistematização dos topônimos em taxes não é um sistema fechado, foi elaborado levando em conta as particularidades e números de ocorrências da realidade brasileira. Assim sendo, existe a possibilidade de se aumentar o número de taxes levando sempre em consideração a sistematização feita pelo pesquisador.

Depois de termos analisado e descrito as diferentes taxes e para podermos atingir paulatinamente os objetivos deste trabalho na seção 2 “Da nomeação aos topônimos” desenvolvemos, especificamente, aspectos relacionados ao ato de nomear e como se dá a concepção de um topônimo. Descrevemos sobre a onomástica, ciência que investiga os antropônimos e topônimos, propriamente dito, bem como a motivação e as taxes que classificam e agrupam os topônimos segundo

as suas características. Nossa intenção era elucidar principalmente componentes linguísticos do nosso trabalho. Para darmos continuidade à nossa investigação se faz mister abordarmos no próximo seguimento sobre dois assuntos que, ao nosso ver, merecem atenção: a língua *tupi* e a história da cidade de Castanhal.

### 3 DO TUPI À ORIGEM DA CIDADE DE CASTANHAL

#### 3.1 Língua *Tupi* e suas marcas

Os topônimos de origem indígena no Brasil estão constituídos por vários rastros de línguas de grupos étnicos, entre os quais “*tupis*, aruaques, caribes, jês, cariris, caingangues [...]” (CAVALCANTE; ANDRADE, 2009, p. 92). Esta característica é generalizada na maioria dos estudos onomásticos. Especificamente na realidade da Amazônia, observa-se um considerável número de ocorrências de nomes originados do *Tupi*. Pensando neste contexto, convém destacar a importância da definição dessa língua na identidade cultural do Pará e a definição do que é língua *tupi* que, apesar de inúmeros estudos em torno do seu papel e função, ainda gera controvérsias no tocante a sua definição.

Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de sistematizar os topônimos de etimologia *Tupi* na cidade de Castanhal e para tal se faz fundamental entender alguns caminhos trilhados por pesquisadores que apontam diferentes reflexões sobre o alcance da palavra *tupi*.

Cabe, nesse momento, a apresentação de alguns estudiosos que nortearão a nossa discussão. Iniciaremos com a obra *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*, de Frederico G. Edelweiss (1969), onde o referido autor ressalta que do termo *tupiniquim* deriva o termo *tupi* e que esta abreviação foi um feito feliz por evitar “dubiedade” (1969, p. 70), além de, este étimo, fazer parte dos “nomes tribais da mesma família” e ainda designar “o tronco da geração” (1969, p.69).

Ainda, segundo o autor o étimo *tupi* é a ligação mais contundente que as *tribos* da época tinham. Compreende-se, assim, que o uso do termo *tupi* já era frequente desde documentos do tempo de José de Anchieta<sup>11</sup> (os estudos de Edelweiss se baseiam também nestes documentos), havendo desde esse tempo marcas desta acepção.

Edelweiss chama a atenção para o fato de que o antropólogo e etnólogo Métraux nas suas pesquisas troca o termo *tupi* por *tupinambá*, causando com este feito confusão até nossos dias sobre “o mosaico indígena sul-americano” (Edelweiss,

---

<sup>11</sup> É válido registrar que o padre jesuíta José de Anchieta, que chegou ao Brasil em 1553, é importante para estes estudos da língua, pois era um dos exímios conhecedores do *tupi*, a ponto de ter produzido uma gramática do *tupi*.

1969, p. 70). Ou seja, ainda hoje, a pesar das inúmeras pesquisas sobre a palavra *tupi* persiste a confusão especificamente em relação ao étimo que deu origem aos diferentes léxicos indígenas encontrados no vocabulário brasileiro, ou seja, qual teria sido a protolíngua. Para tentar chegar a uma compreensão ou clareza sobre o termo, vejamos o que o autor analisa sobre a designação *tupi* e guarani.

Na obra *Tupís e Guaranís: estudos de etnonímia e linguística* (1947), Edelweiss faz menções e indagações sobre o desenvolvimento histórico dos gentílicos *tupí* e *guaraní* dando assim explicações sobre os dois gentílicos. Para evidenciar as suas explicações, se utiliza de registros deixados pelos cronistas e religiosos da época da colonização. Nesta obra, Edelweiss (1947) mostra como o termo *tupi* representa o termo mais usual, abrangente e mais expandido pela região por onde o jesuíta Alonso Bárzana passou na época de 1594. Este religioso explica sobre o uso da expressão *língua tupi*:

[...] nas fronteiras do Perú, onde tanto sangue espanhol tem derramado, chamam de Chiriguanas, e que por aqui chamamos Guaranís [...] A língua que fala toda a nação tão espalhada é uma só, embora a que se fala no Brasil, que *chamam tupí*, seja algo distinta, é tão diminuta a diferença que não serve de empecilho (...)" (in EDELWEISS, 1947, p. 54).

Desde a data do registro de Bárzana, já se usava o termo *língua tupi*, que possivelmente era uma língua utilizada por uma nação que ocupava vasto território.

Levando em consideração os dois pontos abordados nas obras de 1947 e 1969, destacados nos parágrafos acima, infere-se que o termo *tupi* era utilizado na época da chegada dos colonizadores, para nomear as famílias étnicas (gentílico), e a língua utilizada por essas etnias.

Na obra de 1969, Edelweiss elabora uma seção explicando a evolução do *Tupi* até o Nheengatu. O autor destaca que o *tupi* foi sendo influenciado por outras línguas indígenas e pela língua portuguesa.

Os jesuítas cultivavam o *tupi* “puro” mas, frisa o autor, que os mesmos eram agentes que ajudavam ao “aviltamento” da língua já que acontecia, no período das missões, os aldeamentos que agrupavam diversas famílias linguísticas. Assim, podemos entender que mesmo que os jesuítas promulgassem o uso do *tupi* “puro” a dinâmica social de agrupamentos e contatos com diferentes línguas indígenas e a portuguesa favorecia a evolução do *tupi* para o brasileiro e logo para o nheengatu.

Recorrendo novamente à obra de 1969, de Edelweiss, verifica-se que o autor destaca três centros de atuação da Companhia de Jesus, o de São Vicente (São Paulo), em que o gentílico utilizava neste centro o *tupinambá*; o do Maranhão; e o de Porto Seguro (Bahia), onde o gentílico era *tupiniquim*. E em cada centro destes se encontravam especialistas religiosos (Padre Navarro, Padre Nobrega, Rodrigues, Lourenço, Padre Vale entre outros) da língua indígena que se falava pelas redondezas desses centros, na época das missões.

O autor afirma que o exímio trabalho realizado pelos jesuítas era o de sistematizar a língua mais falada na costa do Brasil, ou seja, eles não criaram uma nova língua como muitos acreditam, mas sim, simplesmente organizaram e escreveram a gramática da língua mais falada nas regiões. Inclusive é fundamental transcrever aqui o objetivo principal dos religiosos: “uniformizar o brasílico, principalmente na escrita como princípio pedagógico, mas ater-se na prática à usança local, para identificar-se com o meio” (EDELWEISS, 1969, p. 77), em outras palavras, nunca houve uma língua artificial criada e sistematizada pelos religiosos, mas houve sim a tentativa de uniformizar a mais usada e aceita pelas diferentes etnias da época. Ainda nessa mesma direção, o autor, afirma ser evidente que para os jesuítas o termo *brasílico* tinha características mais gerais que o *tupinambá*, que por sua vez apresentava características de uso mais específico.

É importante evidenciar que até nossos dias existe a confusão de que *tupinambá* é sinônimo de *tupi*. Edelweiss (1969) refuta esta confusão, explicando que ao analisar a obra de Marcgrave (1648) percebem-se diferentes termos que este utiliza para designar a palavra *tupi* (*brasilianis, brasilianis dicta, brasiliensibus, brasiliensibus generali nomini*), e quando se refere ao termo *tupinambá* Marcgrave utiliza *tupinambís*. Assim, continuando sua explicação Edelweiss (1969), diz que se não houvesse distinção entre os dois termos não haveria necessidade de diferenciar *tupi* de *tupinambá*, e finaliza afirmando que “o exame consciencioso refuta categoricamente a pretensa sinonímia do *tupi* com *tupinambá*” (1969, p. 106).

Portanto, a investigação realizada por Edelweiss salienta que o termo *tupi* é abreviatura de *tupiniquim*, o primeiro é de uso geral e mais abrangente e denomina tanto a etnia como a língua, já o segundo é de uso mais específico. Também aponta que língua brasílica é a língua *tupi* que foi sistematizada pelos jesuítas (EDELWEISS, 1969, p. 18), dessa forma o pesquisador ressalta a importância de não incorrer no erro

de colocar numa mesma condição de significado e sentido as diferentes denominações dadas ao termo *tupi*.

Numa proposta não tão diferente à investigada por Edelweiss (1969), Rodrigues (2010) expõe a sua compreensão sobre o termo *tupi* dizendo que como etnônimo foi utilizado, no século XVI, para designar o povo que habitava o litoral de São Vicente e o Alto Rio Tietê, e também foi utilizado por Anchieta, em 1560, ao elaborar a sua gramática.

É considerável destacar que o padre Anchieta quando da construção de sua gramática estava vivendo entre os *tupis* de São Vicente, no entanto, esta logo foi adaptada à língua utilizada na costa do Rio de Janeiro, fazendo com que se utilizasse o etnônimo *tamoios*.

O termo *tamoio* era o nome dado pelos portugueses, assim como pelos *tupis* que habitavam a região de São Vicente, aos nativos do Rio de Janeiro; estes por sua vez se chamavam entre si de *tupinambás*. Os *tupinambás* designavam de *tupiniquim* (< *tupinakỹis*) aos *tupis*, assim como também se aplicava este etnônimo aos nativos do Espírito Santo e Bahia.

Como se pode ver existia uma língua base que era utilizada não por várias etnias, mas sim por uma mesma nação composta por grupos em diferentes regiões. Sendo que cada região recebia etnônimos diferentes. No dizer de Rodrigues, se evidencia esta constatação ao explicar que o termo *tupinakỹis* se fixou *tupiniquim* e que:

[...] se aplicava também aos indígenas do litoral do Espírito Santo e do sul da Bahia, que falavam a mesma língua que os *tupinambás* do Rio de Janeiro e os *tupinambás* do recôncavo baiano, os *caetés* [...] do norte da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco e os *potiguares* ou *potiguaras* [...] da Paraíba e do Rio Grande do Norte (RODRIGUES, 2010, p. 28).

Ou seja, o que existia nesse tempo era uma mesma língua com diferentes etnônimos em diferentes regiões. É como se uma nação indígena quisesse se distinguir dos seus parentes não por línguas diferentes, mas por regiões diferentes.

Avançando um pouco mais na explanação sobre a definição do *tupi* não poderíamos deixar de mencionar a variação existente dessa suposta língua, que neste trabalho a chamamos de língua base.

Não poderíamos deixar de falar aqui das variações que esta língua base<sup>12</sup>, mais utilizada na costa do litoral, sofria. Como primeira alusão a essa variação, nos utilizamos dos exemplos de Rodrigues (2010) sobre os documentos que evidenciam a não precisão que os registros mostram quando o assunto é determinar o nome da língua usada no século XVI nas regiões do litoral brasileiro.

Rodrigues (2010) explica que a gramática do padre Anchieta foi publicada somente no ano de 1595, com o título *A arte da grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Já no século XVII, os jesuítas passaram a chamar a língua referida por Anchieta de língua *Brasílica* ou língua do Brasil.

Outros exemplos de documentos e registros que atestam sobre o nome da língua usada na época são elencados pelo pesquisador, a saber:

[...] relatórios (cartas ânuas) da Companhia de Jesus: '*nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil*' pelo padre Castillo (...), *Catesismo na lingoa brasílico* (edição do padre Antonio d'Araujo, 1618), *Arte da lingua brasílica* pelo padre Luís Figueira (1621), *Vocabulário na língua brasílica* (manuscrito anônimo datado de 1622, publicado por Ayrosa, 1938), *Catesismo brasílico da doutrina christã*, pelo padre P. Antonio de Araújo, ementado nesta segunda impressão pelo P. Bertholomeu de Leam (1685), *Arte de grammatica da lingua brasílica do P. Luís Figueira* (1687) (grifo do autor) (RODRIGUES, 2010, p. 28).

Em outras palavras, os registros deixados pelos jesuítas<sup>13</sup> provam a existência de variações da denominação para a língua utilizada pelos indígenas no século XVI e XVII na costa do litoral desde São Vicente até o Maranhão e Pará.

É por causa dessas variações que se utilizam outros nomes diferentes para nomear uma possível língua base (o *tupi*) e a este respeito Rodrigues (2010, p. 29) explica que

Por isso é que distinguimos o *tupi* de São Vicente da língua falada desde o Rio de Janeiro até o Maranhão e o leste do Pará, a qual chamamos *tupinambá*, estendendo-se esse nome, recorrente no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão.

Outra interpretação cabível neste contexto diz respeito à percepção dos jesuítas com relação à língua utilizada pelos nativos, uma vez que ao desenvolver

<sup>12</sup> Neste trabalho a língua base será interpretada sempre por nós como língua *tupi*.

<sup>13</sup> Nas leituras das obras de Edelweiss (1947; 1969), entendemos que este pesquisador se utiliza de vários adjetivos para enfatizar o valoroso trabalho de sistematização da língua escrita nativa. Interpretamos desta forma que os jesuítas fizeram um trabalho promissor, pois também consubstanciaram relevante estudo da língua *tupi*, considerada por Edelweiss, "pura".

uma sistemática de análise que utilizava como referencial comparativo a língua portuguesa, notaram algumas particularidades, como variações lexicais da mesma língua *tupi*. Sendo assim, o *tupi* falado em São Vicente era divergente em alguns aspectos da língua falada no Maranhão e no Pará. Na percepção dos religiosos estas divergências dificultavam a escolha de um nome para a língua mais falada na costa do Brasil.

Em vários escritos, ainda segundo Rodrigues (2010, p. 28)<sup>14</sup>, se dá exemplos de léxicos que divergem de uma região à outra. Isto abaliza a diversidade lexical encontrada em uma mesma língua.

Este contexto de divergências vai se acentuando cada vez mais à medida que vai se configurando a ação dos bandeirantes que recrutavam índios *tupis* para invadir as missões no século XVII.

Este cenário de variações linguísticas e bandeiras, evidencia, por um lado, o trabalho que os bandeirantes tinham em desbravar o sertão<sup>15</sup> e, por outro lado, desempoderar os missionários jesuítas. Nesta dinâmica, ocorre o encontro entre “mamelucos, descendentes de mães *tupis* e pais portugueses, (...) [que] além do português, falavam uma variedade diferenciada da língua dos índios *tupis*” (RODRIGUES, 2010, p. 29), contribuindo e potencializando, desta forma, as variações linguísticas até ser nomeada esta de Língua Geral Paulista (LGP).

A LGP foi utilizada desde meados do século XVI até a segunda metade do século XIX (RODRIGUES, 2010). Esta língua caiu em desuso pela “progressiva

---

<sup>14</sup> Rodrigues dá exemplos de algumas variações descritas pelo próprio Anchieta sinalizando, este religioso, as divergências lexicais que notara na língua indígena usada na época. Assim, no *Vocabulário da língua Brasileira* o padre Anchieta destaca alguns verbetes, a saber: “em São Vicente: ‘Acerca que, ou quase que. – Çuer ... O *tupi* diz. Ço’ (Ayrosa, 1938, p. 85), ‘Cestos entre os *tupi*. – Aiacâ’ (Ayrosa, 1938, p. 150) (...) ‘Coentro. – Tamejuã, entre os *tupis*’ (p. 161), ‘Cotouelo. – Tendigbãgã. Puraquê. O *tupi*’ (p. 161), ‘Cunhado de mulher...Em S. Ute. (= São Vicente) dizem Xerobajara’ (Ayrosa, 1938, p. 172)”. Outro escrito do padre Anchieta esclarece sobre uma variação observada sobre os verbos transitivos que começam com “m”. O religioso explica do seguinte: “Nota obter, que comumente os uerbos os começados por, *m*, actiuos tem, *i*. depois do articulo, ainda que em algumas terras pronúnciao muitos sem ele”. Observemos a nota explicativa de Rodrigues (2010, p. 29), “os verbos transitivos iniciados por *m* não recebem o prefixo de sujeito relacional *i*- (de referência a objeto de 3ª pessoa) após o prefixo de sujeito, tendo Ø em seu lugar (*tupinambá a-i-mojebýr*, *tupi a-Ø-mojebý*, ‘eu o fiz voltar’). Isto é, as variações notadas pelo religioso dão pistas de que a “base linguística” é a mesma, mas existiam variações no momento de pronunciar as palavras. Seguindo com a exemplificação de variações lexicais daremos o exemplo que Edelweiss (1969, p. 102) assinala sobre o *tupinambá* de Guanabara (material descrito por Léry e Thevet): em *tupinambá* se diz *genipat*, em *tupi* se diz *ianyapaba* (jenipapo); em *tupinambá* se diz *mogip*, em *tupi* se diz *mojyba* (cozer, assar); em *tupinambá* se diz *pagé*, em *tupi* se diz *paie* (feiticeiro, pajé).

<sup>15</sup> As bandeiras eram dirigidas ao interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso (RODRIGUES, 2010, p. 37).

extinção dos índios *tupis* e a crescente introdução, naquelas regiões, tanto de escravos africanos e de mestiços de outras áreas do Brasil quanto, em meados do século XIX, de novos colonos europeus” (RODRIGUES, 2010, p. 38). O mesmo não acontece na Amazônia onde até hoje se fala a língua geral (LGA). A LGP se desenvolve a partir do *tupi* e a LGA a partir do *tupinambá*. Esta se ergue depois que se estabelece uma nova administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará no início do século XVII. Os tapuias<sup>16</sup> que eram filhos de índias com portugueses utilizavam a língua tupinambá. Surgem, assim, as distinções da língua tupinambá, configurando-se como Língua Geral Amazônica (LGA).

Rodrigues (2010, p. 39), aponta ainda que

[...] com o avanço da colonização ao longo do grande rio a LGA foi-se estabelecendo de leste a oeste, até o Solimões e Marañón, e para o noroeste, pelo rio Negro (...) e tendo sido, por longo tempo, a principal língua de contato dos índios de diferentes línguas com os não-indígenas”, isto é como língua franca.

Este uso da LGA é interrompido no século XIX, exatamente em 1835, à época da Cabanagem<sup>17</sup>. Esta rebelião foi combatida pela Marinha exterminando a todos que usavam a LGA. Com a extinção de cerca de 40 mil vidas, houve a necessidade de “importar trabalhadores do Nordeste, os quais eram falantes exclusivos do português, para a coleta da borracha” (RODRIGUES, 2010, p. 39). Bessa Freire (2003) também menciona a guerra do Paraguai como fator que eliminou subitamente os falantes da LGA. A esse respeito ele elucida:

Durante cinco anos tropas do governo vasculhavam a região, *agarrando* índios ‘mansos’ e ‘tapuios’, ‘em qualquer lugar em que fossem encontrados, sem considerações de idade ou circunstâncias’, e no caso de resistência, ‘levaram-nos à força [...]’ de 1865 a 1868, foram enviados 2070 homens, dos quais 746 eram ‘voluntários’ [...] 1324 da Província do Amazonas. [...] sobraram 55 soldados (...). Mais de 1250 falantes da Língua Geral, homens, adultos, muitos monolíngues, foram sepultados em terras paraguaias (BESSA FREIRE, 2003, p. 211).

<sup>16</sup> Este termo designa aos mestiços da Amazônia, na língua *tupinambá* < *tapy'yia* = índios (RODRIGUES, 2010, p. 38)

<sup>17</sup> A cabanagem foi uma das principais causas de extermínio de falantes da LGA. Explicando sobre este acontecimento Moreira define-o como: “revolução iniciada em Belém, capital da Província do Grão-Pará, a 7 de janeiro de 1835 e finda a 1840, e Lúzea, nos confins selváticos da grande planície, foi a mais funesta de todas as sublevações da história brasileira, ceifando aproximadamente 40 mil vidas de um total estimado de 149.854 habitantes” (MOREIRA, 2011. p. 27).

Por outras palavras, podemos dizer que o uso da LGA foi drasticamente silenciada por dois acontecimentos bélicos, a Cabanagem e a guerra do Paraguai, assim como pelo ingresso de imigrantes na época da borracha, no entanto ficaram resquícios desta língua nas margens do Rio Negro e ainda hoje ela é falada por algumas etnias (baré, baniwa e o tukano), como L1 ou língua materna.

A LGA, segundo Schimidt-Rise, (*apud* BESSA FREIRE, 2003, p. 212), passou por três momentos distintos de evolução: o da expansão, o da decadência e o da indigenização. No início do século XIX, se observa a expansão da língua, chegando a se consolidar como a língua de toda a Amazônia. Em meados do século XIX, principia o seu declínio, perdendo falantes por razões bélicas e econômicas. E finalmente no início do século XX, se inicia a indigenização, momento em que ela volta a ser reutilizada e reformulada no imaginário social de algumas etnias (povos do Rio Negro). Hoje, a LGA ainda é utilizada em parte da Amazônia, conforme já mencionado acima, e ela é chamada de Nheengatu. Assim conforme Shrader Kniffki, o Nheengatu

[...] é falado nas regiões amazônicas do Médio e Alto Rio Negro, do Baixo Içana, do rio Xié, por um número estimado de mais de três mil falantes, como língua materna ou segunda língua, utilizado como língua franca ou com funções de comunicação do dia a dia no contexto familiar” (SHRADER-KNIFFKI, 2010 *apud* BESSA FREIRE, 2003, p. 213).

Como se pode ver, o Nheengatu é a uma língua que permanece viva na atualidade e tem no seu interior marcas da LGA. Essa língua continua sendo utilizada por indígenas como L1 (língua materna) e por não-indígenas como língua franca. Ressalta-se que além de ter um caráter de língua de comunicação, o Nheengatu também se reformula e passa a dar a identidade ao povo que luta por mantê-la viva<sup>18</sup>. No mais, ela não só tem marcas e similitudes da LGA como também tem resquícios do *tupi*, assim como muitas outras línguas que se cruzaram e deixaram suas marcas lexicais perenes.

Destacamos o Nheengatu no nosso trabalho por acreditarmos que esta língua é a que serve de pano de fundo e elemento motivacional para os nomeadores dos topônimos na cidade de Castanhal, já que pela cronologia o Nheengatu é a língua que mais se acerca à realidade vivida pelos nomeadores de Castanhal.

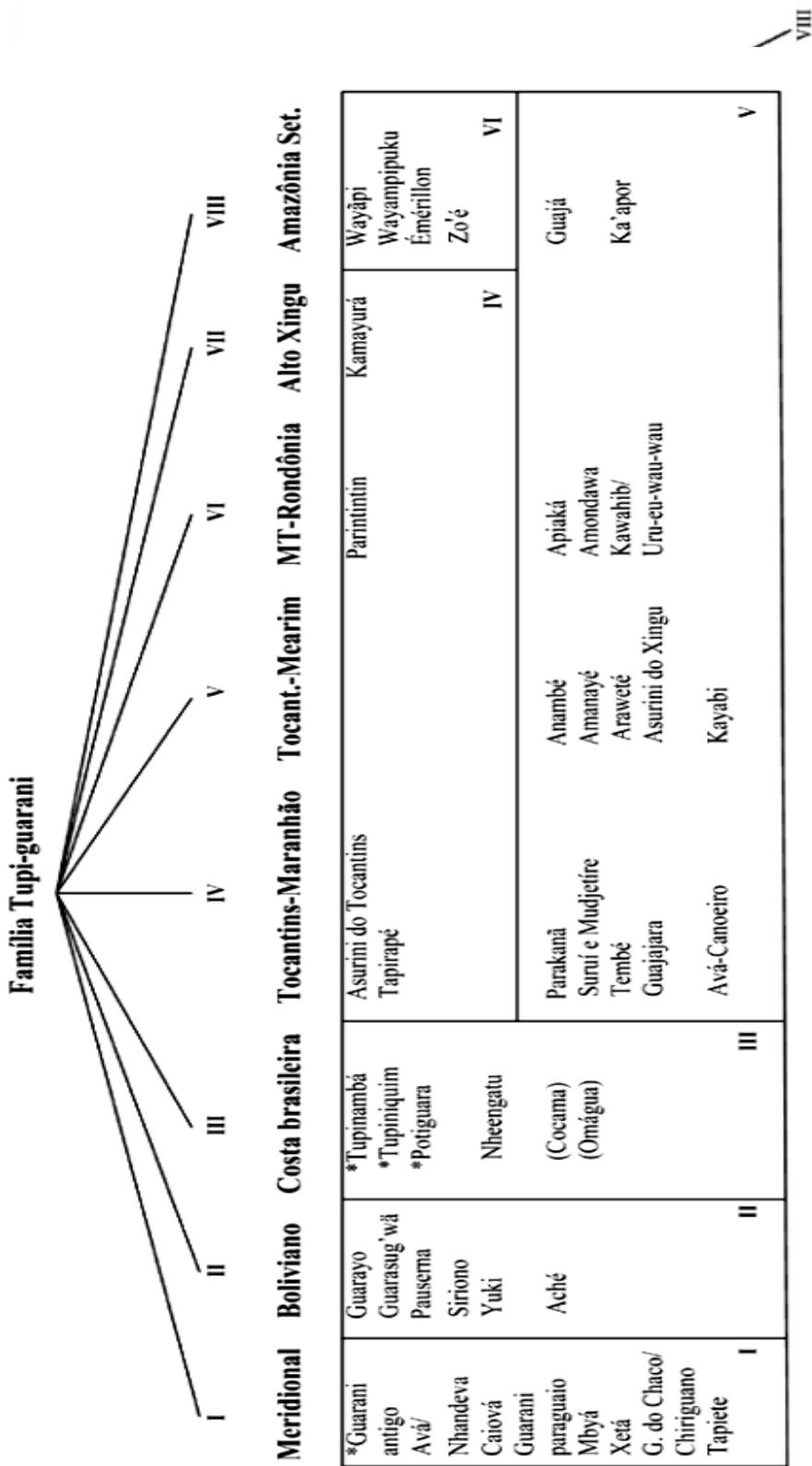
---

<sup>18</sup> Foi feita uma Lei Municipal (nº 145/2002), em São Gabriel da Cachoeira (AM) que torna o nheengatu uma língua cooficial.

Ainda em relação ao Nheengatu, é importante apontar, neste trabalho, seu parentesco genético com as línguas do tronco linguístico *Tupi*, e, mais especificamente, com as línguas da família Tupi-Guarani.

Para tanto, apresentaremos a seguir os esquemas organizados por Coelho (2008, p. 8) e Oliveira de Lima (2008, p. 2). Com esses esquemas queremos evidenciar a organização das línguas pertencentes ao tronco *tupi* e suas ramificações. Sendo assim, o leitor pode observar de maneira didática que a família *Tupi-Guarani* faz parte de uma das quatro famílias linguísticas do ramo Oriental. Dentro desta família, no ramo III, se encontram línguas que deram origem ao que conhecemos hoje como Nheengatu.

Fig. 2: Esquema Proto-tupi



As línguas agrupadas por baixo dos números I a VIII e das referências geográficas esquematizadas caracterizam-se por critérios da fonologia histórica específica de cada grupo e pelos critérios geográficos. Nos números I a III, estes critérios coincidem com comportamentos morfossintáticos comuns a cada grupo. As línguas agrupadas por baixo dos números IV a VIII superiores formam grupos tipológicos de traços morfossintáticos próprios (números IV a VI inferiores).

Fig. 3: Esquema Família tupi-guarani

Na seção anterior fizemos uma breve investigação sobre o termo *tupi*, trabalhando com pesquisadores como Edelweiss (1947; 1969), Rodrigues (2010), Bessa Freire (2003) que objetivam entender e explicar sobre o étimo dessa palavra assim como suas acepções e utilizações. Para continuar na nossa percorrida histórica na próxima parte deste trabalho será abordado a história da cidade de Castanhal. Retomaremos eventos historiográficos da época em que esta cidade foi pensada e fundada.

### 3.2 A cidade de Castanhal

O cenário que servia de fundo para monarquia portuguesa durante o século XIX desenhava um período repleto de conflitos em função das transformações e dos movimentos sociais que buscavam autonomia, bem como o reconhecimento dos seus direitos. Nesse contexto se iniciava a história de Castanhal, uma das cidades integrantes do trajeto da estrada de ferro que ligava a capital, Belém, a outras localidades.

Segundo os autores Guimarães; Da Mota Filho (s/d) foram vários os acontecimentos que serviram de cenário para a construção da cidade de Castanhal. Podemos citar os atritos religiosos políticos e militares que emergiram no contexto nacional durante a formação das cidades no período monárquico, causando a intranquilidade não somente para os paraenses, mas para todos os brasileiros. Entre esses conflitos, podemos destacar a luta para a libertação dos escravos, que logo se concretizou com a Lei Áurea. Além da Cabanagem, que abalou os paraenses no final do século XIX, houve dois momentos de seca (1877 e 1888), que fizeram com que os nordestinos abandonassem suas terras para migrarem em busca de melhores condições e, finalmente, a eclosão da borracha.

O movimento cabano teve como resultado a morte da população economicamente ativa. Observemos a explicitação de Moraes (1984, p. 20),

Estima-se a população do Pará, à época em 200.000 habitantes (...) vale dizer que 64,92% no interior e 35,07% na capital. Morreu durante a luta

parcela substancial da mão-de-obra engajada e que produzia sobretudo a subsistência e abastecimento de Belém.

Sendo assim, é importante destacar que estes movimentos foram responsáveis por novos direcionamentos nos âmbitos políticos e econômicos do Brasil, dentre eles houve a ocupação de áreas, até então, não povoadas e a busca por alternativas em outras culturas de produção que alavancassem a economia da região, com reflexos na organização social.

Conforme Moraes (1984), em meio a esta série de acontecimentos que provocavam instabilidades socioeconômicas, surge a ideia de colonizar áreas, conhecidas como devolutas, com núcleos coloniais onde se estimularia a produção de gêneros alimentícios.

O surgimento destes núcleos se deu porque quase a totalidade de produção primária da região do Pará se voltou para a extração da borracha, o que levou a uma escassez de alimentos. Com este acontecimento, Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré) idealizou a construção de uma estrada de ferro entre Belém-Bragança com o intuito de acelerar o escoamento da produção rural (MORAES, 2008, p. 29).

Em contrapartida ao declínio da produção gomífera amazônica, no final do século XIX, em função da “plantação realizada pela Ásia, houve um deslocamento de capital estrangeiro para aquele continente, e a queda no preço da borracha” no Brasil (COSTA, 2012, p. 7). E como possível solução a essa crise econômica, as atenções voltam-se para a região bragantina, área transitória entre a Amazônia e o Nordeste Brasileiro, mais especificamente para a cidade de Bragança.

Ressalta-se que Bragança, na época, teve como atividade principal a produção de farinha, tendo se especializado na produção agrícola, fornecendo, além da farinha, gêneros alimentícios como feijão, fumo e variedades de pescados. Segundo Rosário (2000, p. 31), “não era o Caeté zona de hileia, não tendo pois seringueira, mas a roça tradicional onde se uniu o conhecimento indígena à tradição portuguesa”.

Com esta importante produção de gêneros alimentícios é que surge a necessidade de escoamento de mercadorias de Bragança para a capital Belém. Inicia-se neste período a projeção de uma estrada de ferro pensada pelo Barão de Mamoré. Com esta iniciativa, pretendia-se suprir a necessidade de fazer chegar não só mercadorias à capital do Pará, como também, o deslocamento de pessoas para

diferentes fins. Desta maneira, podemos observar que a estrada de ferro tinha a finalidade inicial de

[...] incrementar a colonização agrícola no percurso Belém/Bragança, que seria iniciada com a vinda de colonos açorianos e espanhóis. Esse plano de colonização dirigida não foi um sucesso, mas a implantação da estrada, ao longo de Belém-Bragança [...] representou algo de positivo [...] pois durante algum tempo foi o único meio de transporte de passageiros (colonos ou não) e cargas entre Belém e Bragança (CARNEIRO, 2007. p. 4).

Outro ponto importante, além da iniciativa colonizadora da região e da importância da estrada como meio de transporte, como assevera o autor, diz respeito à consolidação das paradas na ferrovia para o abastecimento de combustível do trem, que com o decorrer do tempo logo se transformaram em vilas, ajudando a constituir a urbanização entre Belém, Castanhal e Bragança.

Assim, o que se observa é que do final do Império até o início da República, cada vez mais, a economia da borracha declina, dando lugar à economia agrícola caeteuara. Dessa forma, é inevitável o fortalecimento dos pontos que servirão como base para o abastecimento de gêneros alimentícios às regiões castigadas por falta dos insumos alimentícios.

Diante de um quadro como esse, é *sine qua non* destacar que uma das respostas mais adequada à conjuntura político-econômico-geográfica que a região estava atravessando, foi a construção da estrada de ferro, em 1883, que finaliza a sua edificação com a chegada ao seu destino final, a cidade de Bragança, em 1908.

Para colocar em ação o que até então estava somente no nível das ideias e discursos, se procede à construção de estações que pudessem ser utilizadas para o abastecimento de combustível do trem até o destino final. Segundo o Guia Geral das Estradas de Ferro, são construídas 33 estações, a saber: Ananindeua, Marituba, Itapeucu, Canutama, Benevides, São Pedro, Cupuassu, Quarta Travessa, Moema, Santa Izabel do Pará, Nina Ribeiro, Americano, Bahia, Itaqui, Apeú, Sá Pereria, Castanhal, Inocêncio Holanda, Anhangá, Augusto Montenegro, Granja Eremita, Jambu Açu, Igarapé Açu, Maracanã, São Luiz, Livramento, Timboteua, Peixe-Boi, Aruerá, Capanema, Tauari, Mirasselva, Tracuateua e, finalmente, Bragança.

Alguns comentários e dados anteriormente destacados merecem ser aqui recuperados, entre os quais os diferentes conflitos políticos e econômicos enfrentados

pela monarquia portuguesa, o surgimento de novas frentes de exploração e produção econômica e, assim, a necessidade da construção do canal de escoamento que teve entre seus desafios a criação dos núcleos coloniais e, posteriormente, o surgimento das localidades que serviram como ponto de apoio para o trajeto da linha férrea. É diante desse contexto, de construção da estrada da ferrovia, que a Cidade de Castanhal foi idealizada.

Pode-se afirmar que chegamos ao ponto significativo desta seção, pois, a partir desse momento da história se configura a divisão da região, a formação dos bairros, das ruas, dos relevos, a nomeação dos igarapés, ou seja, de acidentes físicos e antropoculturais que consolidam e fundamentam esta investigação.

É importante mencionar que antes da constituição efetiva da cidade de Castanhal houve muitos “fracassos”, por assim dizer, no que tange à colonização e povoamento da mesma. Para corroborar estes “pontos negativos” levemos em consideração o que Guimarães (s/d, p.1) explica: “[o] Governador Dr. Augusto Montenegro [...] dividiu a área pertencente a Castanhal, em sete colônias: ‘José de Alencar’, [...] Anita Garibaldi, lanetama, Inhangapi, Antonio Baena e Marapanim”. E esse autor acrescenta: “[...] em 1903, foi firmado um acordo com o Governo da Espanha que permitiu a vinda de famílias espanholas [...]. Tal iniciativa não surtiu efeito, pois os espanhóis não se adaptaram às condições climáticas da região [...]” (*op. cit.*).

Também para o povoamento de Castanhal, chegaram os nordestinos, mais especificamente os cearenses. Estes imigrantes chegaram na região com o intuito de recomeçar a vida, pois foram obrigados a abandonar suas terras e moradias devido às secas ocorridas na época (1888-1889), e conseguiram alcançar o objetivo de colonizar o núcleo, assim como, de “fazer trabalhar a terra”.

Como linha paralela de raciocínio, podemos observar que o discurso que predominava na época, possivelmente para justificar o fracasso da colonização de alguns núcleos, era que os imigrantes não conseguiam se fixar à terra por causa do clima, do solo e da falta de infraestrutura. Quanto a essa situação, cremos oportuno destacar que “a falta de adaptação do povo estrangeiro a uma região inóspita, sem experiência no manejo da terra”, conforme Siqueira (2008, p. 55-56), também contribuiu para que o sonho de colonização imigrante estivesse fadado ao fracasso.

Outro ponto importante a ser sublinhado, diz respeito aos relatos historiográficos evidenciados no discurso da época. Percebemos a necessidade de justificativa com relação à criação dos núcleos agrícolas, pois, segundo tal discurso, esta ocorreu pela necessidade de se fortalecer a economia que estava em franca decadência na época, com a produção de gêneros primários. Para se obter êxito nesta ação, era necessária a presença de mão-de-obra imigrante, neste caso, de estrangeiros que trouxessem conhecimento, vontade de trabalhar e tecnologia aliada às produções (VELLOZO, 1867 *apud* MORAES, 1984, p. 33). Estes pontos podem ser verificados nos vários livros e artigos que relatam a história que permeia a construção da estrada de ferro.

Mas, o que muitos relatos e trabalhos omitem, aparentemente, está relacionado à organização dos núcleos e, em particular, o de Castanhal, no que se refere ao real objetivo de colonização. Este núcleo foi idealizado, principalmente, com vistas a alocar os retirantes nordestinos da seca de 1888 – 1889. Para verificação do ocorrido podemos levar em consideração que no ano de divisão dos lotes, em Castanhal, estes foram ocupados em sua totalidade por cearenses. Ou seja, evidencia-se que houve evasão de mão-de-obra estrangeira (europeus) e fixação de imigrantes nordestinos.

As palavras de Ernesto Cruz (1955, p. 89) explicam que Castanhal foi “uma colônia que cumpriu a sua finalidade”, referindo-se ao êxito alcançado pelos nordestinos de se assentar na terra povoando-a e explorando-a, fato este que não se verificou em todos os outros núcleos. Em outras palavras, as leituras nos levam a compreender que há nos documentos oficiais, e estes refletem a mentalidade da época, uma aparente inclinação ao enaltecimento da mão-de-obra estrangeira e desvalorização da mão de obra que esteve presente em todas as etapas de construção da estrada de ferro, os imigrantes nordestinos.

Para justificar a vontade de trazer os europeus e construir a colonização, se estabelecem as normativas que organizarão a transferência de pessoas para as colônias. Como exemplo destas normativas, podemos citar a Lei da Terra no seu Art. 18 de 18 de setembro de 1850, regulamentada no ano de 1854, que explica:

O governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro, certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em Estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estes mais convierem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem empregos logo que desembarcarem (*apud* MORAES, 1984, p. 29).

Observa-se que o governo da época deixa claro que os imigrantes devem se estabelecer nos núcleos agrícolas com tempo determinado de emprego na terra. Outro ponto que foi regulamentado é o subsídio que se deveria oferecer aos imigrantes para que estes pudessem encontrar na nova realidade motivos de se fixarem ao lugar.

Com a legalização da imigração estrangeira, iniciam-se as divisões de lotes em diferentes espaços que acompanhariam a estrada de ferro. Surgem, assim, os vários Núcleos Coloniais. Paulatinamente, vão sendo colonizados os espaços, as histórias e as realidades.

Inicialmente, deve-se considerar a explicação de Siqueira (2008) a respeito das fases de colonização das regiões que envolvem a malha ferroviária. Estas colonizações tiveram três momentos, sendo o primeiro momento caracterizado pela colonização estrangeira e os dois últimos momentos tiveram os nordestinos como principais atores, principalmente os cearenses, que chegaram a esta região devido as duas grandes secas nos anos de 1877-1878 e a de 1888.

Inicia-se a colonização da Zona Bragantina com o Núcleo Colonial Nossa Senhora do Carmo de Benevides, em 1873, com 170 lotes. Esta empreitada só se concretizará no ano de 1875 com a chegada de 68 imigrantes, entre eles franceses, italianos e espanhóis. Em 1876, assumiu o cargo de Presidente da Província o Dr. Capistrano de Melo Filho, este conclui ser insustentável para os cofres públicos a manutenção deste núcleo ordenando a extinção do mesmo. Porém, a colônia não foi totalmente desativada, os remanescentes que eram franceses conseguiram paulatinamente organizar engenhos que davam sustentação às famílias que ali viviam.

Os migrantes nordestinos começam a chegar a Belém no ano de 1877. O presidente João Capistrano Bandeira de Melo decide reativar o núcleo no lugar de extinguir a colônia Nossa Senhora do Carmo de Benevides. Desta feita, em 1877, são instalados nessa colônia mais de 12.500 migrantes nordestinos.

Em 1885, o Presidente da Província era o nordestino Dr. Tristão de Alencar Araripe. Este não confiando no trabalho dos seus conterrâneos ordenou a criação de uma Sociedade Paraense de Imigração que tinha como principal objetivo a hospedaria dos imigrantes. Foram preparados 30 lotes no Núcleo que recebera o nome de

Araripe. Mas, este projeto não se concretizou à semelhança do Núcleo de Benevides, por falta de imigrantes.

Não obstante, em 1888, outra seca abala os nordestinos e como consequência trouxe um número grande de migrantes ao Pará. Assim, o núcleo de Araripe recebe estas pessoas. Este fato tem como efeito a necessidade de mais terras para alocar os migrantes, assim, em 1898, foi criado o núcleo de Ferreira Pena. Neste núcleo são demarcados 208 lotes que receberam um total de 353 novos moradores. Estas duas colônias, Araripe e Ferreira Pena, possuíam na época (ano de 1.900)

[...] seis engenhos de cachaça na colônia [...] cinco nas adjacências. Possuía grandes plantações de cana de açúcar, milho, mandioca, feijão, arroz, algodão, hortaliças e frutas diversas. Existia uma escola mista responsável pela educação dos filhos dos colonos. Também uma serraria a vapor [...] (SIQUEIRA, 2008, p. 63)

Observando os dados levantados por Siqueira (2008) evidencia-se que a tão sonhada colonização começa a ter resultados positivos.

Após a criação das colônias de Araripe e Ferreira Pena, prossegue a colonização do núcleo de Marapanim, no ano de 1893; ressalta-se que os alocados neste núcleo eram todos nordestinos. A peculiaridade que circunda este núcleo revela que nestas terras havia grande quantidade de madeiras de lei, árvores que poderiam ser comercializadas trazendo lucros aos seus moradores, por esta razão, houve grande procura por terras neste núcleo. Com esta característica ficou claro que não seria a lavoura o trabalho principal, mas sim a extração de madeiras. Desta forma, é importante reforçar que a prosperidade do núcleo de Marapanim trouxe grande desenvolvimento à Região Bragantina (SIQUEIRA, 2008, p. 60).

Em 1895, foi demarcado o núcleo Jambu-Açu com 500 lotes. Este núcleo comportava 5 engenhos de aguardente e 44 fornos para fabricação de farinha. É elementar evidenciar que este núcleo teve uma das melhores infraestruturas para receber os migrantes e imigrantes da época (SIQUEIRA, 2008).

Outro núcleo a passar pelo processo de demarcação foi o núcleo de Benjamin Constant que no ano de 1894 é dividido em 559 lotes, mas, somente em 1900 chegam a este lugar 956 espanhóis. Logo este recebe 1.945 brasileiros fazendo com que o núcleo de Benjamin Constant seja o mais ocupado.

Seguindo a mesma sistemática de loteamento e divisão, foi demarcado o núcleo colonial José de Alencar devido ao crescimento desenfreado do núcleo Marapanim, levando o governo a demarcar mais 218 lotes, em 1898. Em 1901, chegam a este núcleo 1.312 brasileiros e 13 espanhóis. Nesta época, houve a doação de lotes, por parte do governo, aos colonos que comprovassem a ocupação do lote há mais de um ano e que fossem pessoas de boa índole.

No ano de 1898, foram demarcados lotes em várias partes da região que acompanhavam o percurso da estrada de ferro, entre eles estão os núcleos Santa Rosa, Anita Garibaldi, com 286 lotes, Inhangapi e Antonio Baena, com 117 lotes. Este último, foi desativado rapidamente por questões administrativas.

Ilanetama foi loteado, em 1899, com 213 lotes. O peculiar neste núcleo foi que o contratante Salvador Nicassa esperava alocar nele 200 famílias, mas, somente chegaram 48 famílias gerando a rescisão imediata do contrato celebrado entre o governo e o contratante. Em 1900, esta colônia abrigou cerca de 634 colonos.

Fazendo o levantamento de datas de inauguração das colônias, podemos observar que estas se organizavam em torno da malha ferroviária fazendo com que a cada polo tivesse um núcleo colonial. Deste modo, o trem passava pelas cidades que hoje conhecemos como: Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe Boi, Capanema, Tracuateua e, finalmente, Bragança, fazendo com que as relações sociais se intensificassem nestes pontos (MIRANDA, 2009, p. 91). Havia uma dinâmica intensa de comércio, de fluxo de pessoas que iam e vinham de uma colônia a outra. O comércio era o que ligava e dava energia a estas relações sociais e, porque não dizer, econômicas.

Note-se que o último núcleo a ser loteado e organizado foi o de Castanhal. Passemos a observar como este núcleo se constitui e se tornou um dos mais promissores dentre todos eles.

### 3.2.1 Castanhais: de núcleo à vila e logo a município.

Em 1899, Castanhal era uma vila, que foi dividida, primeiramente, em lotes que mediam 968 m<sup>2</sup>. O número de áreas demarcadas é de 218, sendo concedidas 159 por compra e um título gratuito. Segundo o Senador Antônio José Lemos, nesta altura dos acontecimentos não se tinham denominação nas ruas, bairros, alamedas;

não havia denominação até essa data, ou seja, a região estava sendo construída e nomeada paulatinamente (CRUZ, 1955, p. 22). Em 28 de janeiro, de 1932, Castanhal passa a município, desanexando-se neste ano da cidade de Belém. Do município de Castanhal, foi desmembrada uma extensão de 352 km<sup>2</sup> para criar o município de Inhangapi, em 30 de dezembro de 1943, com o decreto-lei estadual nº. 4.505. Nesta época, fazem parte de Castanhal dois distritos: Castanhal, propriamente dito, e Apeú.

Antes desta data (1899), a cidade que hoje é conhecida como Castanhal já estava sendo demarcada paulatinamente por usuários de caminhos que eram abertos para escoar o gado. Bragança, nessa época, só conseguia fazer transações comerciais com Belém pelo rio Caeté, necessitando, assim, de outras vias para efetivar a sua economia. Assim, surge o “Caminho do Maranhão” nomeado assim por se iniciar numa localidade chamada Aurá, no Pará, e terminar em Tapuitapera, no Maranhão. Os autores contam que antes este caminho fora aberto e utilizado pelos índios *Tupinambás* e, logo, por Pedro Teixeira (GUIMARÃES; MATO FILHO, s/d).

Este mesmo caminho era utilizado para a condução do gado que vinha do Piauí até Belém. Como o gado andava bastante, estes emagreciam e precisavam de um lugar para engordar e ser vendido no destino final, por isso, estes ficavam por alguns dias nos “Campos de Castanhal”, que eram as áreas onde se encontravam as castanheiras.

Outras pessoas que contribuíram com a colonização de Castanhal foram os cearenses. Estes chegaram na região, principalmente, por causa das secas de 1877 e 1888. Note-se que o aumento de pessoas e famílias que passavam por estas regiões ajudaram no crescimento acelerado desta cidade. Por esta razão, o Núcleo de Castanhal foi transformado em Vila, assim “o Núcleo de Castanhal por força da Lei nº 646, 06/06/1899, passou a categoria de Vila. Sua instalação solene só se deu a 15/08/1901, justamente na data comemorativa à Adesão do Pará à Independência (...)” (GUIMARÃES; MOTA FILHO, s/d, p. 34).

No ano de 1932, a Vila de Castanhal ganhou a autonomia de município com o Decreto Lei nº 600 de 28/01, assinado pelo Interventor Joaquim de Magalhães Barata e pelo 1º Tenente Ismaelino de Castro.

Ressalte-se que antes da Lei nº 600 de 1932, Castanhal fazia parte da área patrimonial do município de Belém. Nesse mesmo ano, Castanhal obtém de Marapanim o distrito de Curuçá, com o Decreto nº 680, de 27/06. No entanto, este

distrito é desmembrado de Castanhal elevando-se a município com o Decreto nº 1136, de 28/12/1933.

Em 31/12/1936 e 31/12/1937, o município é constituído por Castanhal, Anhangá, Apeú e Inhangapi. Mas com o Decreto nº 4505, de 30/12/1943, desmembram-se de Castanhal os distritos Anhangá e Inhangapi. Em 01/07/1960, o município é constituído de dois distritos: Castanhal e Apeú.

Podemos verificar a paulatina demarcação e organização municipal de Castanhal. Inicialmente, sofre com a falta de pessoas para compor a sua sociedade e, posteriormente, com a fixação destas pessoas, vem a gradativa divisão territorial do município. Atualmente, Castanhal continua com a mesma divisão de 1960, pois Apeú ainda pertence ao distrito desta cidade.

### 3.2.2 Limites da cidade de Castanhal: descrições técnicas

Relanceando o percurso histórico dos núcleos coloniais e principalmente o de Castanhal, demarcando datas e relembando aspectos históricos e econômicos, observa-se que os acontecimentos que permearam o Pará não eram isolados, muito pelo contrário, ligam-se por completo à dinâmica nacional e internacional. Assim, as ações dos indivíduos são reflexos dos fatos que acontecem no tempo e no espaço. Por esta razão, houve a necessidade, inicialmente, de elencar datas, fatos históricos, características econômicas das épocas que fazem parte do que hoje conhecemos por Castanhal.

E para continuarmos estas investigações, faz-se necessário descrevermos Castanhal de uma ótica mais técnica, com dados que se encontram nos vários documentos pesquisados e que, aos poucos, tomando formas e contornos para melhor entendermos nosso *locus* de investigação, como podemos observar no mapa a seguir.

Fig. 5: Limites de Castanhal



Fonte: Mapa retirado do site do IBGE em 01/09/2013

A cidade de Castanhal se encontra na área denominada zona bragantina. Faz limite com os municípios de Inhangapi, Santa Isabel do Pará, Vigia, Curuça, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu e São Miguel do Guamá.

A 68 km da capital, a cidade faz parte da Mesorregião Metropolitana de Belém. Entre as Microrregiões, é a mais populosa comparada a Bujaru, Inhangapi, Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Apresenta uma altitude de 41 metros (sede municipal) e possui clima equatorial. A sua área de unidade territorial é de 1.029,191 km<sup>2</sup> e sua densidade demográfica é de 147, 8 hab/km<sup>2</sup>, segundo a contagem populacional de 2007 e o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2012).

Esta cidade tem limites com os seguintes municípios: Terra Alta (ao norte); Santa Maria do Pará (ao sul); Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá e Vigia (ao oeste). Por Castanhal, perpassam a rodovia Belém-Brasília (BR-316), BR-010, PA-132, PA 320 e a PA-127. Esta posição estratégica faz com que a cidade seja um lugar com grande número de escoamento de pessoas e meios de transportes, além de servir como local para o descanso de longas viagens.

É importante dizer que Castanhal é um ponto de apoio para as outras cidades da sua região, oferecendo serviços bancários, de saúde (hospitais e consultórios), rede de comércios varejistas e atacadistas, indústrias, serviços públicos como departamento de trânsito, Fórum civil e Penal, Delegacia da mulher, cartórios, entre outros.

Diante de tudo que foi exposto anteriormente, passaremos para o próximo capítulo do trabalho que abordará mais especificamente sobre o levantamento dos topônimos na cidade de Castanhal, bem como sua análise. Descreveremos também como se realizou este levantamento e quais foram os documentos utilizados para esse fim.

## 4 RASTROS INDÍGENAS EM CASTANHAL/PA

### 4.1 Estabelecimentos do corpus da pesquisa

A metodologia que aplicamos na pesquisa dos Topônimos do *Tupi* na cidade de Castanhal se baseia no levantamento do *corpus* de forma quantitativa, tendo como suporte as cartas geográficas que evidenciam os nomes que compõem a cidade e seus entornos. Inicialmente, foram utilizadas as cartas geográficas (1990; 1998) que foram cedidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), situado na cidade de Belém, capital do estado do Pará e a carta de 2014<sup>19</sup> cedida pela Secretaria de Urbanização, setor de fiscalização de obras.

Posteriormente, sentia-se necessidade de cartas geográficas que fossem atualizadas e que mostrassem os nomes de todos os lugares. Por isso, foram utilizados nesta pesquisa mapas que foram cedidos pela SESMA (Secretaria Municipal de Saúde de Castanhal)<sup>20</sup>, departamento de Controle de Endemias. É importante destacar que os mapas da secretaria são realizados bimestralmente, devido à peculiaridade do trabalho realizado pelos técnicos de saúde deste órgão. É necessário por este motivo, o cadastramento de cada casa, edícula ou prédios. Seguidamente, se realiza a catalogação e posterior visita dos técnicos e agentes de saúde para o controle de endemias.

Nesta investigação, enfrentamos dificuldades por não encontrarmos uma cartografia oficial da cidade, mesmo recorrendo ao IBGE. Por isso, tivemos que recorrer a outras fontes, já mencionadas anteriormente, como é o caso das cartas geográficas realizadas pelos funcionários técnicos da SESMA.

Além das cartas geográficas fizemos entrevistas com o Sr. A. de Oliveira Pereira (Sr. Rubal), e com o Sr. J. L. Guimarães. É importante destacar que esta entrevista não nos proporcionou informações precisas e pontuais sobre a história dos topônimos, mas mesmo contendo informações genéricas, tivemos notícias de dois topônimos.

Inicialmente, se procedeu ao levantamento do *corpus*, nomes de bairros, travessas e ruas. Constatamos que há um total de 30 topônimos de origem *Tupi*.

---

<sup>19</sup> Conferir topônimos da carta de 2014 no ANEXO I

<sup>20</sup> Conferir topônimos do mapa da SESMA no ANEXO II.

Continuando com a sistematização dos topônimos, a próxima ação foi a classificação de cada topônimo, considerando algumas das categorias presentes na ficha lexicográfica-toponomástica criada por Dick para a construção do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. Em seguida, iniciamos a catalogação do *corpus*, considerando as características de cada taxa assim com os seus limites para poder subsumir cada topônimo da cidade de Castanhal nas categorias taxionômicas organizadas pela pesquisadora acima mencionada.

Para justificar a necessidade que temos de encontrar cartografias oficiais, vejamos o que a Dick (1999) nos afirma a esse respeito: “a carta, permitirá também, considerando-se o momento sincrônico da análise que se busquem outros planos de apresentação do objeto em exame, em épocas anteriores, descrevendo-se ou recuperando-se o *continuun denominativo* daquela nomenclatura” (DICK, 1999, p. 132). Assim, podemos justificar também a insistência em alicerçar nossa investigação em mapas ou cartas ditas oficiais reconhecidas como fontes primárias de investigação na análise do fenômeno onomástico.

## 4.2 Levantamentos do corpus

Foram encontrados 31 topônimos de origem *Tupi* que nomeiam ruas, travessas, bairros da cidade de Castanhal no Pará. Todos estes são acidentes humanos, ou seja, foram organizados, sistematizados pelo homem, não havendo constatação de algum acidente natural nas buscas dos topônimos de origem *Tupi*.

Quadro 3: Natureza dos acidentes

Quantidade	Acidente	Topônimo
1	Alameda	Acapú
2	Alameda	Barão de Igarapé Miri
3	Alameda	Caetés
4	Alameda	Caiçara
5	Alameda	Capanema

6	Igarapé	Capiranga
7	Alameda	Carirí
8	Alameda	Ceará
9	Alameda	Cupiúba
10	Alameda	Curuçá
11	Alameda	Grajaú
12	Igarapé	Ibirajara
13	Parque	Ibirapuera
14	Residencial Alameda	Ipê
15	Travessa	Ipiranga
16	Alameda	Iracema
17	Alameda	Irituia
18	Alameda	Itajuba
19	Alameda	Itaúba
20	Alameda	Jacarandá
21	Alameda	Jatobá
22	Alameda	Jutaí
23	Igarapé Ramal	Marapanim
24	Igarapé Fazenda	Pacuquara
25	Travessa	Paraguai
26	Alameda	Piquiá
27	Bairro Alameda	Pirapora
28	Igarapé	Puraquequara
29	Alameda	Sucupira
30	Residencial	Tangarás
31	Travessa	Uruguai

### **4.3 Topônimos na cidade de Castanhal – PARÁ.**

Apresentamos, a seguir, o quadro de descrições toponímicas, com a etimologia e taxes. Estes elementos de investigação pertencem à Cidade de Castanhal-PARÁ. É significativo ressaltar que, para encontrarmos as etimologias, recorreremos a alguns autores como Cunha (1998), Sampaio (1987), e Tibiriça (1985), já que em um ou outro não há todos os étimos que precisamos identificar.

Em relação às taxes, os topônimos foram organizados no quadro 4, que descreverá numa análise detalhada sobre a descrição etimológica e taxionômica de cada topônimo.

Observe-se que em cada um dos topônimos foi discriminado o autor utilizado para a descrição da etimologia desses nomes.

Quadro 4: Descrição toponímica, etimológica e taxionômica dos Topônimos do *Tupi* da Cidade de Castanhal.

TOPÔNIMO	ETIMOLOGIA	TAXIONOMIA	AUTOR
<b>Acapú</b>	<i>s.m. Var.: acapu</i> [<T <sup>21</sup> . *aka'pu <sup>22</sup> ]. Árvore da família das leguminosas.	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 43)
<b>Caetés</b>	<i>s.m. Var.: caeté, caheté.</i> [< T. *kaa'ete < ka'a 'folha' + e'te, 'verdadeiro, legitimo'] Designação comum a várias plantas das famílias das marantáceas, canáceas etc., de cujas folhas os indígenas se utilizavam para diversos fins.	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 82)
<b>Caiçara</b>	<i>s.f. Var.: caiçá, caiçara, caica, caiçara, caiçara, caissára, caiçara, caissara, cayssára, caycára, cahicára, caiçara.</i> [< T. kaa'as 'cerca de ramos, fortificação' ~ Caaigçâ ] Cerca de ramos, fortificação, cerca tosca, construída com galhos e ramos entrelaçados, usadas pelos indígenas para defesa e proteção das suas tabas, seus currais etc.; por extensão, qualquer cerca de construção rústica.	Ergotopônimo	CUNHA, (1998, p. 82)
<b>Capanema</b>	<i>corr. Caá-panema</i> , mato imprestável, ruim, madeira fraca. [< ka'a 'mato' + panena 'azarado, ruim, imprestável']	Fitotopônimo	SAMPAIO(1987, p. 215)

<sup>21</sup> T. leia-se do TUPI.

<sup>22</sup> Entenda-se que a palavra não está documentada quando aparece com (\*), por esta razão a palavra é hipotética, reconstituída (CUNHA, 1998, p. 39).

<b>Capiranga</b>	<b>Capiranga</b> , espécie de molusco de casca vermelha, também chamado concha-de-raspar-mandioca.	Litotopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p. 38)
<b>Cariri</b>	<b>Cariry.</b> <i>corr. Kiriiri</i> , <i>adj.</i> Taciturno, silencioso, calado. [ < kiriri 'silencioso, taciturno'] Nome de uma numerosa nação selvagem que, outrora, dominou grande extensão do Brasil, da Bahia para o Norte, concentrando-se, mais tarde, nos sertões do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco. No Amazonas, designa uma espécie de gavião.	Animotopônimo/No otopônimo	SAMPAIO(1987, p. 219)
<b>Ceará</b>	<i>corr. Cê-ará.</i> [< cême 'canta alto' + ará 'pequena arará ou periquito'] Fala ou canta o papagaio; José de Alencar, no <i>Iracema</i> , traduziu livremente canto da jandaia. É nome de procedência obscura.	Zootopônimo	SAMPAIO(1987, p. 221)
<b>Cupiúba</b>	<i>s.f. Var.:</i> copiúba. [ < kupi'iyá] É uma árvore da feição do loureiro, assim na côr da casca do tronco como na folha, a qual carrega por todos os ramos de uma fruta preta do mesmo nome, maior que murinhos, e toma tantos ordinariamente que negrejam ao longe.	Zootopônimo	CUNHA (1998, p. 121)
<b>Curuçá</b>	<i>corr. Kuruça, kuruçu.</i> [< cruz~ curuçá]	Ergotopônimo	SAMPAIO (1987, 228)

	No <i>Tupi</i> . Da palavra portuguesa cruz, tal como o usavam os índios catecúmenos.		
<b>Grajaú</b>	<b>Carajá-u.</b> [< karaja ‘mono, macaco’ + ú ~y ‘comida ~rio’] Comida de mono, pasto de mono, lugar onde os monos vem comer; ou pode ser <b>carajá-y</b> , rio dos monos.	Zootopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p.49)
<b>Ibirapuera</b>	<b>Ybyrá-puera.</b> [ < yvyra ~ ibira ‘ madeira, tronco’ + puera ‘apodrecida’] O que foi árvore, tronco que fica depois de cortada a árvore, cepo.	Fitotopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p.56)
<b>Igarapé Mirim</b>	<b>Igarape:</b> <i>s.m</i> Var.: <i>igarapé, iguarapé, garapé, guarapé</i> [<T. *iara’pe < i’ara ‘canoa’ + ‘pe ‘caminho’ ~ VLB I.: <i>caminho da gente</i> . <b>Mirim:</b> <i>adj.</i> [< T. mi’rĩ ‘pequeno’ ~VLB II. <i>Piquena cousa</i> = Mirĩ. Tairĩ. Ciriĩ]	Hidrotopônimo	CUNHA, (1998, p.151; 211)
<b>Ipê</b>	<i>s.m.</i> Var.: ipe, ipé, aipé, ipê, epê. Casca de pau = Igpê. [< T. i’pe ~ igpe ‘casca de pau’] Nome comum a diversas plantas das famílias das bignoniáceas e das leguminosas, que fornecem madeiras de cerne avermelhado e veios escuros muito ornamentais; sua casca tem propriedades ornamentais.	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 156)
<b>Ipiranga</b>	<b>y-piranga.</b> [< i ‘rio, agua’ + piranga ‘vermelho’] Rio vermelho.	Hidrotopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p. 61)

<b>Iracema</b>	<p><b>s.c. Yra-cema.</b>  [&lt; ĩra 'abelha' + cema 'saída, fluxo']  A saída das abelhas, o enxame. Pode traduzir-se a <i>saída</i> ou <i>fluxo do mel</i>. Como nome de mulher, cale por <i>melífua</i>, <i>doce</i>, <i>ração</i> por que José de Alencar o traduziu livremente <i>lábios de mel</i>, para qualificar a heroína do seu romance.</p>	Zootopônimo	SAMPAIO (1987, p. 253)
<b>Irituia</b>	<p><b>y-úri-tuia.</b>  [&lt; ĩri 'correnteza' + tuia 'velho, antigo']  Corredeira velha, antiga.</p>	Hidrotopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p. 62)
<b>Itajuba</b>	<p><i>corr. Itá-yuba</i>, a pedra amarela, metal amarelo, o ouro.</p>	Litotopônimo	SAMPAIO(1987, p. 256)
<b>Itaúba</b>	<p><i>s.f.</i> [&lt; T. * ita'ĩya &lt; i'ta 'pedra' + 'ĩya 'planta, árvore']</p>	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 159)
<b>Jacarandá</b>	<p><i>s.m. Var.:</i> jacaranda, jacarandã, jacarandá, jacarãdá.  [&lt; ĵakara'na]  Nome comum a diversas plantas das famílias da leguminosas e das bignoniáceas que fornecem excelentes madeiras para móveis e outras obras finas de marcenaria.</p>	Zootopônimo	CUNHA (1998, p. 164)
<b>Jatobá</b>	<p><i>s.m. Var.:</i> jatubá, jatobá.  [&lt; * ĵeti'ya &lt; ĵeta'ua &lt; ĵeta'i 'jataí' + ĵya 'fruta']  Plantas das famílias das leguminosas, subfamílias das cesalpináceas; variedade de jataí.</p>	Zootopônimo	CUNHA (1998, p. 176)

<b>Jutaí</b>	<i>s.m. Var.: gitai, gitahî, Jutahy, jatai, jotaí, itahy (...) jutay, jutaí.</i> Cp. JATAÍBA, JUTUAÍBA [< T. ʒeta'i]. Planta da família das leguminosas, subfamília cesalpináceas, cuja madeira é utilizada em construção civil; jataizeiro.	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 174)
<b>Pacuquara</b>	<b>Pacu:</b> <i>corr. Pag-ú</i> , o que é vivido no comer ou tomar a isca. É o peixe fluvial. <b>Cuara:</b> s. o buraco, o orifício, a cova. V. quara.	Zootopônimo	SAMPAIO(1987, p. 292)
<b>Paraguai</b>	<b>paraguá-y.</b> [< paraguá 'dos papagaios' + ĩ 'água, rio'] Rio dos papagaios.	Hidrotopônimo	TIBIRIÇÁ (1985, p. 92)
<b>Piquiá</b>	<i>s.m. Var.: pequeâ, piquiá, pequea, piquea, piqueâ, pequiã, piquiã, paquihi, pequiã, piquiã, piquihá.</i> [< T. pe'ki] Plantas das famílias das cariocaráceas.	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 231)
<b>Pirapora</b>	<b>c. Pirá-pora.</b> [< pira 'peixe' + porá 'morada'] A morada do peixe; o que contém peixe. Significa também, o peixe salta, no tupi amazônico. <i>Alt. Pirapó; Pirapura.</i> São Paulo, Paraná, Minas Gerais.	Zootopônimo	SAMPAIO (1987, p. 303)
<b>Puraquequara</b>	<b>Puraque:</b> <i>s.m. Var.: purâ, poraque, poraquê, puraque, poraquê,</i> [<T. pura'ke]. 'peixe elétrico'. (CUNHA, 1998). <b>Quara:</b> s. Var.: clara, kuara. 'o buraco', 'a cova', 'o orifício' (SAMPAIO, 1987).	Zootopônimo	CUNHA, (1998, p. 244) SAMPAIO (1987, p. 38)

<b>Sucupira</b>	<p><i>s.f.</i> Var.: sepetira, sapopira, cibipyra, sicupira, sipipirá, sapupîra, sopopira, secupira, supopira, sipipirá, sucupira, sucupyra, sapupira.  [&lt; seui'pira]  Nome comum a várias árvores das famílias das leguminosas, que fornecem madeiras de lei apreciadas para a confecção das obras finas de marcenaria.</p>	Fitotopônimo	CUNHA (1998, p. 265)
<b>Tangarás</b>	<p><i>s.m.</i> Var.: tangarâ, tangara, tangará, tinguara, tingará.  [&lt; ta'ra']  Nome comum ao pássaro da família dos piprídeos.</p>	Zootopônimo	CUNHA (1998, p. 278)
<b>Ubirajara</b>	<p><i>s.f.</i> Var.: <i>ubirajaca</i>, [&lt;T. i'm'ira'jaka]. V. abon.</p>	Litotopônimo	CUNHA, (1998, p. 149)
<b>Uruguai</b>	<p><b>Uruguay.</b>  [&lt; uruguá 'dos caracóis, búzio' + i 'água]  Antigamente <b>Uruay</b>, como se lê na carta de Diogo Garcia, de 1526; assim, <b>Uruay</b> se compõe de <b>Uruá-y</b> ou <b>Uruguá-y</b> exprimindo o rio dos búzios ou dos caracóis. O Pe. Montoya, no seu <i>Tesouro</i>, explica – <b>y-ruguay-</b> como sendo – o canal por onde vai a madre do rio.</p>	Hidrotopônimo	SAMAPAIIO (1987, p. 341)

#### 4.3.1 Formações dos Topônimos

Nesta parte da nossa investigação, trataremos do preenchimento das fichas lexicográficas sistematizadas pela pesquisadora Dick (2004). Vejamos abaixo o modelo da ficha e quatro exemplos de fichas preenchidas:

##### **Ficha Lexicográfico – Toponímica – Cidade de Castanhal-PA.**

Município:

Localização:

Topônimo:

A.H (acidente humano):

Etimologia:

Taxionomia:

Entrada lexical:

Estrutura morfológica:

Histórico:

Contexto:

Fonte:

Pesquisadora:

Revisora:

Data da coleta:

Note-se, nas fichas a seguir, que para nossa pesquisa retiramos alguns componentes da ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick, adequando-a melhor à nossa necessidade e aos objetos desta pesquisa. Foram retirados os seguintes componentes: histórico, informações enciclopédicas e contexto.

Município: Castanhal

Distrito: Castanhal

Topônimo: Caetés

AH: Alameda

Taxinomia: Fitotopônimo

Etimologia: *s.m. Var.: caeté, caheté.* [< T. \*kaa'ete < ka'a 'folha' + e'te, 'verdadeiro, legitimo'].

Designação comum a várias plantas das famílias das marantáceas, canáceas etc., de cujas folhas os indígenas se utilizavam para diversos fins.

Entrada lexical: Caetés

Estrutura morfológica: topônimo composto, [< kaa'ete <ka'a (morfema lexical substantivo) 'folha' + e'te (morfema lexical 'adjetivo') 'verdadeiro, legitimo' + s (morfema gramatical 'marcação da pluralidade' da língua portuguesa).

Este lexema está constituído por dois morfemas lexicais 1. ka'a 'substantivo', 2. e'te (adjetivo) + s (marca de pluralidade da língua portuguesa).

Fonte: CUNHA, Antônio, Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.** 4ª Ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

Pesquisadora: Sara Chena Centurión

Revisora: Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Data da Coleta: 18/03/2013



Município: Castanhal

Distrito: Castanhal

Topônimo: Caiçara

AH: Alameda

Taxinomia: Ergotopônimo

Etimologia: *s.f.* Var.: *caiçá, caiçara, caica, caiçara, caiçara, caissára, caiçara, caissara, cayssára, caycára, cahiçára, caiçara*. [< T. *kaai*’as ‘cerca de ramos, fortificação’ ~ Caaigçâ ]

Cerca de ramos, fortificação, cerca tosca, construída com galhos e ramos entrelaçados, usadas pelos indígenas para defesa e proteção das suas tabas, seus currais etc.; por extensão, qualquer cerca de construção rústica.

Entrada lexical: Caiçara

Estrutura morfológica: topônimo composto, [< *kaai*’sa < *ka*’a (morfema lexical) ‘mato, folha’ + *y*’sa ~ *y*’sara (morfema lexical) ‘cerca’.

Este lexema está constituído por dois morfemas lexicais 1. *Ka*’a (substantivo), 2. *y*’sara (substantivo)

Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 4 ed. São Paulo: Companhia Melhoramento, Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

Pesquisadora: Sara Chena Centurión

Revisora: Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Data da Coleta: 18/03/2013

Município: Castanhal

Distrito: Castanhal

Topônimo: Capanema

AH: Alameda

Taxinomia: Fitotopônimo

Etimologia: *corr.* **Caá-panema**, mato imprestável, ruim, madeira fraca.

Entrada lexical: Capanema

Estrutura Morfológica: topônimo composto, [< kaapanema <ka'a (morfema lexical) 'mato' + panema (morfema lexical) 'azarado, ruim, mprestável'.

Este lexema está constituído por dois morfemas lexicais 1. Ka'a (substantivo) + panema (adjetivo).

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5ª Ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

Pesquisadora: Sara Chena Centurión

Revisora: Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Data da Coleta: 18/03/2013

Município: Castanhal

Distrito: Castanhal

Topônimo: Carirí

AH: Bairro

Taxinomia: Animotopônimo/Nootopônimo

Etimologia: **Cariry**. corr. **Kirirî**, adj. Taciturno, silencioso, calado.

Nome de uma numerosa nação selvagem que, outrora, dominou grande extensão do Brasil, da Bahia para o Norte, concentrando-se, mais tarde, nos sertões do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco. No Amazonas, designa uma espécie de gavião.

Entrada lexical: Carirí

Estrutura morfológica: topônimo simples, \*\*Cariry. corr. Kirirî, adj. Taciturno, silencioso, calado.

[< kirirî 'silencioso, taciturno']

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5ª Ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

Pesquisadora: Sara Chena Centurión

Revisora: Carmen Lúcia Reis Rodrigues

Data da Coleta: 18/03/2013

Estas fichas representam alguns exemplos do total de 30 que foram catalogadas e organizadas. Elas demonstram que existe uma diversidade grande de taxes. Ao observar as fichas catalográficas percebemos que não há, aparentemente, uma sequência ou passos que revelem um padrão de nomeação<sup>23</sup>, pois devemos considerar que “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político

---

<sup>23</sup> Padrão de nomeação entenda-se como a sequência seguida no momento da nomeação, muito bem explicado por Dick, na seção 2.3.2.

da comunidade. Ao contrário, reflete de perto a própria substancia ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa” (DICK, 1990, p. 48). Ou seja, mesmo não conseguindo, de forma imediata, entender o padrão motivacional seguido pelos nomeadores na cidade de Castanhal é relevante ir atrás da estrutura de cada topônimo desta cidade que possam nos dar indícios de rastros indígenas.

#### **4.4 Descrições morfológica dos topônimos de origem *tupi*.**

*Quadro 5:* Estrutura morfológica e formação dos topônimos

TOPÔNIMO	ESTRUTURA MORFOLÓGICA
<b>Acapú</b>	Topônimo simples, [acapu < *aka'pu (morfema lexical) 'árvore da família das leguminosas']. Este lexema se constitui por um morfema, 1. Acapú (substantivo).
<b>Barão do Igarapé Mirim.</b>	Topônimo híbrido, [< barão (morfema lexical do português) + do (morfema gramatical, do português) + igarapé < iara'pe (morfema lexical + morfema lexical) = 'iara = 'canoa' + pe = caminho' + Mirim < mirĩ 'pequeno' (morfema lexical)]. Este lexema está constituído por vários morfemas, 1. Barão (substantivo), 2. do (preposição), 3. Igarapé (substantivo), 4. Mirim (adjetivo) .
<b>Caetés</b>	Topônimo híbrido, [< kaae'ete <ka'a (morfema lexical) 'folha' + e'te (morfema lexical) 'verdadeiro, legítimo' + s (morfema gramatical do português)] Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. ka'a (substantivo)', 2. e'te (adjetivo) + (s) marca de pluralidade da língua portuguesa.
<b>Caiçara</b>	Topônimo composto, [< kaaĩ'sa (morfema lexical) 'cerca']. Este lexema está constituído por um morfema, 1. Kaaĩ'sa (substantivo)
<b>Capanema</b>	Topônimo composto, [< kaapanema <ka'a (morfema lexical) 'mato' + panema (morfema lexical) 'azarado, ruim, imprestável']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Ka'a (substantivo), 2. panema (adjetivo).

<b>Capiranga</b>	Topônimo composto, [< ka'a (morfema lexical) 'mato' + piranga (morfema lexical) 'vermelho']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Ka'a (substantivo), 2. piranga (adjetivo).
<b>Carirí</b>	Topônimo simples, [carirí < kirirĩ (morfema lexical) 'silencioso, calado'. Este lexema está constituído por um morfema, 1. Carirí (adjetivo).
<b>Ceará</b>	Topônimo composto, [ceará < cême (morfema lexical, 'adjetivo') 'canto alto' + ará (morfema lexical) 'arara pequena, periquito'. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. cê (adjetivo), 2. ara (substantivo).
<b>Cupiúba</b>	Topônimo composto, [cupiúba < kupi'ĩya (morfema lexical) 'árvore parecida com o loureiro']. Este lexema está constituído por um morfema, 1. Cupiúba (substantivo).
<b>Curuçá</b>	Topônimo híbrido, [kuruça < kuruçu < cruz (morfema lexical) 'cruz'. Este lexema está constituído por um morfema derivado da língua portuguesa, 1. Curuça (substantivo).
<b>Grajaú</b>	Topônimo composto, [grajaú < caraja-ú < karaja (morfema lexical) 'macaco' + ú ~y (morfema lexical) 'comida ~ água'. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Carajá (substantivo), 2. ú (forma verbal).
<b>Ibirapuera</b>	Topônimo composto, [Ibirapuera < ybyrá < yvyra (morfema lexical) 'madeira, tronco, árvore' + puera (morfema lexical) 'apodrecido, caído'. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Ibirá (substantivo), 2. puera (adjetivo).

<b>Ipê</b>	Topônimo composto, [ipê < ĩ'pe ~igpe (morfema lexical) 'casca da árvore']. Este lexema está constituído polo morfema ipê (substantivo).
<b>Ipiranga</b>	Topônimo composto, [i < y (morfema lexical) 'água' + piranga (morfema lexical) 'vermelho']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. I (substantivo), 2. Piranga (adjetivo).
<b>Iracema</b>	Topônimo composto, [Iracema < yra < ĩra (morfema lexical) 'abelha' + cema (morfema lexical) 'saída']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Ira (substantivo), 2. cema (substantivo).
<b>Irituia</b>	Topônimo composto, [iri < ĩrĩ (morfema lexical) 'correnteza', + 2. Tuia (morfema lexical) 'velho']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Iri (substantivo), 2. Tuia (adjetivo).
<b>Itajuba</b>	Topônimo composto, [< T. itáyuba < itá (morfema lexical) 'pedra' + yuba (morfema lexical) 'amarelo']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Itá (substantivo) + 2. juba (adjetivo).
<b>Itaúba</b>	Topônimo composto, [T. * itá (morfema lexical) 'pedra' + úba < ĩũa (morfema lexical) 'planta, árvore']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Ita (substantivo), 2. úba (substantivo).
<b>Jacarandá</b>	Topônimo simples, [jacarandá < ĵakara'na (morfema lexical) 'árvore da família da leguminosa']. Este lexema está constituído por um morfema, 1. Jacarandá (substantivo).

<b>Jatobá</b>	Topônimo composto, [jatobá < ietĩ'ua < ietaĩua, < ieta'i (morfema lexical) 'jatai' + ba < i'ua (morfema lexical) 'fruta']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Jato (substantivo), 2. bá (substantivo).
<b>Jutaí</b>	Topônimo simples, [jutaí < ieta'i (morfema lexical) 'planta da família das leguminosas']. Este lexema se constitui de um morfema, 1. Jutaí (substantivo).
<b>Pacuquara</b>	Topônimo composto, [pacu < pag'ú (morfema lexical) 'espécie de peixe' + quara < kuara 'o buraco' (morfema lexical)] Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Pacu (substantivo), 2. Quara (substantivo).
<b>Paraguai</b>	Topônimo composto, [Paraguai < paraguá (morfema lexical) 'dos papagaios' + i (morfema lexical) 'água']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Paraguá (substantivo), 2. i (substantivo).
<b>Piquiá</b>	Topônimo composto, [piquiá < pequiâ, pequi (morfema lexical) 'planta das famílias da cariocáceas' + a (morfema lexical) 'fruta']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Pequi (substantivo), 2. A (substantivo).
<b>Pirapora</b>	Topônimo composto, [pira (morfema lexical) 'peixe' + porá (morfema lexical) 'morada)]. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Pira (substantivo), 2. Porá (substantivo).
<b>Puraquequara</b>	Topônimo composto, [puraque < poraquê, poraquê < pura'ke(morfema lexical) 'peixe elétrico' + quara < kuara (morfema lexical) 'buraco']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Puraque (substantivo), 2. Quara (substantivo).

<b>Sucupira</b>	Topônimo simples, [sucupira < seuj'pira (morfema lexical) 'planta da família das leguminosas']. Este lexema está constituído por um morfema, 1. Sucupira (substantivo).
<b>Tangarás</b>	Topônimo simples, [ tanga'rá (morfema lexical) 'pássaro da família dos peptídeos']. Este lexema está constituído pelo morfema, 1. Tangarás (substantivo).
<b>Ubirajara</b>	Topônimo composto, [ubirajara ~ubirajaca < im'ira'iaka (morfema lexical) 'árvore frutífera'. Este lexema está composto por um morfema, 1. Ubirajara (substantivo).
<b>Uruguai</b>	Topônimo composto, [uruguá (morfema lexical) 'dos caracóis, búzio' + i (morfema lexical) 'água']. Este lexema está constituído por dois morfemas, 1. Uruguá (substantivo) + i (substantivo).

Os topônimos se constituem em evidências de alguns indícios de língua *tupi*, história, cosmovisão, de relações sociais vividas tempos anteriores e que se plasam na história. Os topônimos de origem *tupi* na cidade de Castanhal indicam que a maior porcentagem na escolha de nomes é de fitotopônimos, seguidos por zootopônios. Em menor porcentagem estão os hidrotopônimos, ergotopônimos e animotopônimos, conforme quadro a seguir. Isto quer dizer que, mesmo não havendo, aparentemente, padrões motivacionais perceptíveis diretamente, estes demonstram seguir a lógica da nomeação no tocante a relações profundas com fatos históricos e culturais. Por exemplo, Jacarandá, Sucupira, Ipê patenteiam a flora como elemento motivacional; Caetés, Capanema e Curuça fazem alusão a cidades já existentes em volta da cidade de Castanhal.

Quadro 6: Porcentagens

TAXES	PORCENTAGEM
FITOTOPÔNIMOS	37,7%
ZOOTOPÔNIOS	33,3%
HIDROTOPÔNIMOS	16,6%
ERGOTOPÔNIOS	8,3%
ANIMOTOPÔNIMOS	4,16%

Outro ponto observado é que a maioria dos topônimos do *tupi* se constitui por mais de um elemento, havendo, em maior parte deles, dois substantivos formando um só lexema (ex. *piquiá* < *pequi* ‘planta das famílias cariocaráceas’ + a ‘fruto’; Paraguai < *paragua* ‘dos papagaios’ + *i* ‘água’; Ibirapuera < *ibira* ‘árvore’ + *puera* ‘apodrecido’, etc. Não há muitas ocorrências de hibridização com a língua portuguesa, mas, inevitavelmente, existem sim tais hibridizações por causa do contato entre línguas, neste caso português com *tupi* (ex. *tangarás* < *tangará* ‘pássaro da família dos pirídeos’ + -s ‘morfema gramatical, marca de pluralidade’).

Pelo fato de não encontrarmos, em quantidade considerável, elementos que motivem os nomeadores a batizarem os acidentes geográficos e humanos de Castanhal pela semelhança da flora e da fauna, ou mesmo dos costumes, nos dá a impressão de que não há um padrão motivacional na criação dos topônimos. Por esta razão, é oportuno ressaltar, nesta parte do trabalho, que em grande parte um elemento que se marca como constante é a própria língua *tupi*. Esta língua é o elemento motivacional da grande parte dos topônimos encontrados nesta pesquisa, servindo de

estímulo para que se plasmem nas cartografias e documentos oficiais nomes que revelam, na análise de componentes internos, marcas que perpetuam resquícios da cultura indígena muito inerente ao povo paraense.

#### **4.5 Topônimos do *tupi*: signos resguardados na memória.**

Por entendermos que os topônimos do Tupi carregam traços, marcas, características de povos indígenas que habitaram na região da Amazônia, abordaremos, nesta seção, a forma como os topônimos integram a memória da cidade de Castanhal. Estes elementos toponomásticos são de importante valia para os estudos da onomástica e para a compreensão de traços identitários de um povo.

Assim, ocupamo-nos, em um primeiro momento, do conceito de memória, considerando-se que os topônimos, de origem Tupi encontrados na cidade de Castanhal, se constituem como elementos primários de uma cultura que se fixou no tempo e nos documentos<sup>24</sup>, formando assim, parte da memória cultural da sociedade castanhalense.

Desta forma, podemos observar que:

[...] uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia. (CARVALHINHOS, 2002, p. 172).

Ao considerar essa ideia, podemos entender que o topônimo pode ser tratado como um indício, vestígios, ou seja, como rastros de memória que perpassa pelas vias da lembrança e do esquecimento. Nessa perspectiva, afirma-se como um fóssil de sentido que desperta para os meandros da memória e carrega consigo marcas que na atualidade constituem-se como partes da identidade.

Ao buscarmos o conceito de memória, nos deparamos com a ideia de passado, algo que está distante de nosso momento atual, tornando-se quase impossível não esbarrarmos na ideia de que a memória é um fato puramente biológico, um modo de nossas células nervosas registrarem fatos vividos, percepções e

---

<sup>24</sup> Será considerado documento todo material oficial ou não. Ex. cartografias do IBGE, mapas da SESMA.

palavras. O seu alcance vai muito além, sobretudo, como uma capacidade de ressignificação das coisas e reformulação da própria memória; trata-se de uma representação dos fatos acontecidos anteriormente para si, uma possível reconfiguração de informações guardadas na memória que são despertadas pela rememoração. Em outras palavras, rememorar significa reconfigurar, a cada lembrança, um momento vivido, sem repetir o acontecimento na sua integralidade.

Um dos primeiros a falar sobre a memória foi Platão, a principal metáfora utilizada por ele é de que a memória é como uma cera mole, em que se calca, inscreve algo, para criar uma marca, um sinal, que poderá persistir ou se apagar:

[...] se trata de uma dádiva de Mnemósine, mãe das Musas, e que sempre que queremos lembrar-nos de algo visto ou ouvido, ou mesmo pensado calcamos a cera mole sobre nossas sensações ou pensamentos e nela os gravamos em relevo, como se dá com os sinetes dos anéis. Do que fica impresso, temos lembrança e conhecimento enquanto persiste a imagem; o que se apaga ou não pôde ser impresso, esquecemos e ignoramos (PLATÃO, 1974, p. 54)

Assim, se pensarmos como Platão, que considera “o que se apaga ou não pôde ser impresso, esquecemos e ignoramos” compreenderemos que a dádiva da memória se demarca não somente pelo ato da lembrança, mas também por sua outra face: o esquecimento, afinal, aquilo que não se lembra não se apaga, mas, fica em um estado de latência pois o que não se inscreve na memória submerge nas profundezas da memória e ganha por enquanto características de esquecido.

Outra metáfora que define memória é a que Santo Agostinho traduz como um campo complexo, sinuoso, “dos vastos palácios da memória, onde estão os tesouros de inúmeras imagens trazidas por percepções de toda espécie”. (AGOSTINHO, 1999, p. 53). Santo Agostinho mantém a ideia de memória como algo que absorve as percepções da realidade, do mundo e em “vastos recessos, em suas secretas e inefáveis sinuosidades, para lembra-lo e trazê-lo à luz conforme a necessidade” (AGOSTINHO, 1999, p. 53-54). Assim, a memória, para Santo Agostinho, é labirinto em que são armazenados todos os registros, uns se revelam, outros não, e somente surgem como vestígios de um passado.

Diante das metáforas sobre memória, é importante salientar o que pronuncia Sigmund Freud, em seu texto de 1925, *Uma Nota sobre um bloco mágico*, ao comparar a memória a um brinquedo de criança que escreve e apaga a “superfície do Bloco Mágico”. Assim, uma vez que está limpa de escrita, será capaz de receber

novas impressões, no entanto, “é fácil descobrir que o traço permanente do que foi escrito está retido sobre a própria prancha de cera e, sob luz apropriada, é legível” (FREUD, 1996, p. 258). Sendo assim, o primeiro traço escrito está inscrito no bloco mágico, e, uma vez apagado, deixa o rastro, mesmo que outro traço seja inscrito acima do primeiro, e assim sucessivamente; o rastro permanecerá, apesar de sucessivos apagamentos. Portanto, é a memória para Freud inscrições feitas e apagadas para dar lugar a outras, mas as anteriores sempre permanecerão mesmo que através de resquícios na superfície.

Desse modo, a memória guarda nas suas profundezas todo tipo de experiência vivida pelo homem, armazena recordações, lembranças e vivências. Tudo que passa pela percepção é registrada e guardada pela memória. Mas é importante sublinhar o que Platão destaca sobre a memória, esta registra o que a partir da experiência julga significativa, seja esta significação positiva ou negativa, quer dizer, ela guarda a experiência, se esta última for positiva fica na memória, se for negativa fica no esquecimento.

Tanto Platão, quanto Santo Agostinho e Freud entremeiam os conceitos de que a memória se mostra também através do que pode ter sido perdido, seja por não ter sido calcado na “cera mole”, seja por se perder nas sinuosidades do labirinto, seja pela tentativa de apagar.

Por isso, não só de lembrar e registrar vive o homem, existe uma outra face que está no âmbito do esquecimento e, daí surge a ideia de rastro. O esquecimento é o processo inverso ao ato de lembrar, simboliza a ação de apagar, deixar de lado não lembrar mais. Mas sabe-se que nada é eliminado totalmente da memória, mesmo com a ação do apagamento restam os resquícios, os rastros e as marcas.

O rastro é algo que foi esquecido, deixado aleatoriamente, sem intenção, o fato de estar ali indica outras motivações, outros caminhos. Surge, desta maneira, a possibilidade de verificar o topônimo pela verve não só da lembrança, mas também pela possibilidade de serem rastros de um passado no qual foram esquecidos e, portanto, apagados semanticamente. Os topônimos castanhalenses nos remetem ora a símbolos inscritos na memória ora a indícios deixados aleatoriamente que se tenta apagar, retirar o sentido a partir do esquecimento das origens desses nomes.

Pensemos agora nos topônimos como signos linguísticos que são registrados na escrita, plasmados, marcados e inscritos. Gagnebin (2006) explica que a escrita é um mecanismo criado numa tentativa de guardar a memória e as experiências e,

assim, transcender no tempo, ou seja, perpetuar-se e deixar legados escritos para as gerações futuras. Neste sentido, o topônimo se inscreve nesta categoria de escrita perene que perpassa pelo tempo e se registra na memória dos habitantes de Castanhal. O que devemos levar em consideração é que estes signos estão esvaziados semanticamente, na atualidade, talvez, por haver uma opacidade cultural (conceito mencionado na seção 2.3.1), ou por se mostrarem como topônimos opacos (conceito trabalhado na seção 2.3.2), mas os topônimos são signos que estão emaranhados na identidade e memória do castanhalense.

Embora por muito tempo se tenha acreditado que a escrita transcenderia o tempo, caduca hoje a ideia de perpetuar e plasmar elementos e dados ocorridos nos fatos históricos com a ajuda da escrita numa tentativa de fugir do apagamento ou esquecimento. Observemos o que Gagnebin (2006, p. 113) explica sobre esse ponto:

[...] agora a escrita não é mais um rastro privilegiado, mais duradouro do que outras marcas da existência humana. Ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, por tanto, referência linguística clara. Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência [...].

Com a passagem do oral para o escrito todos podemos ter a possibilidade de ler e interpretar fatos que antecederam a nossa existência. Como Ricoeur (2007) explica, “o historiador é um leitor”, pois podemos ler, analisar e interpretar levando em consideração os elementos que constituem determinado registros. Mas não esqueçamos que a escrita não conserva mais o *status* de “abrigo contra o esquecimento” (GAGNEBIN, 2006, p. 112), ela simplesmente conserva os rastros, os vestígios de quem um dia quis eternizar algum fato. Rastros deixados aleatoriamente que precisam de interpretação, compreensão e resgate. Por conseguinte os topônimos se configuram como signos que devemos ressignificar numa tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo esvaziamento semântico que o tempo se encarregou de apagar.

Nesse sentido, lançamos luz sobre a ideia de memória, discutida a partir de Gagnebin (2006, p. 97), cuja proposta reforça o desafio que a ciência tem como instrumento extremamente importante na preservação da memória. Para a superação desse desafio, a ciência apresenta mecanismos para “resguardar e plasmar” os acontecimentos e narrativas orais, “justamente porque não estamos mais inseridos

em uma tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva (...) e temos o sentimento tão forte da caducidade das existências e das obras humanas” (*op. cit.*).

Entendemos então que há uma necessidade de armazenar, de resguardar os acontecimentos e narrativas dos fatos com vistas a passar pelo tempo e se consolidarem como elementos de historicidade nas inúmeras contemporaneidades.

Observemos aqui uma hipótese a ser avaliada: será que o fato de esquecer a cultura indígena e transforma-la em rastros e vestígios é proposital?

A escrita, como já mencionado anteriormente, pode ser compreendida como o “depósito” material que carrega e “resguarda” elementos que se constituem como rastros de um todo. Portanto, na inscrição de um signo existem elementos que podem se mostrar, inicialmente, como peças de um quebra-cabeça, sendo assim, interpretamos os topônimos do Tupi como elementos simbólicos, que fazem parte desse referido quebra-cabeça.

A memória desempenha um papel fundamental na compreensão da inscrição dos topônimos, pois graças a ela se poderá analisar e trazer à tona vestígios que foram deixados negligentemente. No caso da cidade de Castanhal temos alguns topônimos que, aparentemente, não tem conexão com características físicas da geografia castanhalense ou simplesmente lembrem alguma atividade humana realizada na cidade. Por exemplo, o topônimo Cariri num primeiro momento não possui uma ligação com o lugar que denomina, mas numa investigação mais aprofundada tivemos notícias de que este nome foi dado ao bairro em homenagem a um antigo morador chamado Cariri, nordestino que veio para povoar e tentar a vida na nova vila de Castanhal.

Ainda sobre o tema memória, é importante atrelar ao raciocínio a palavra esquecimento, que pode ser entendida como a ação de apagar, de borrar algum resquício de memória. Como destaca Gagnebin (2006, p. 101), existe “um esquecer natural, feliz, necessário à vida (...) mas por sua vez, existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber porém não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar”. Estas últimas maneiras de entender o esquecimento traduzem, conforme a nossa percepção, a realidade enfrentada pela cultura indígena. Com o esquecimento dos rastros culturais de nossos ancestrais, propositalmente, cremos que a memória coletiva “faz de conta que não sabe”. A postura de aparente desconhecimento se faz necessária para o apagamento das

marcas de uma cultura que foi praticamente dizimada assim que os “colonizadores” chegaram e se apropriaram de quase tudo.

Levando em consideração esse apagamento forçado tentemos responder o questionamento: os topônimos do Tupi são lugar de memória? Mesmo entendendo que, quando se traz uma lembrança à memória, se traz somente uma parte dela e se corre o perigo de esquecer uma grande parte do acontecido, podemos afirmar que os topônimos se concretizam como vestígios importantes, e que estão presentes no dia-a-dia do povo castanhalense; eles fazem parte de uma memória cultural que tem muito a esclarecer e ajudar na reconstituição do imaginário do povo contemporâneo.

Ainda na perspectiva de compreender o significado da memória e suas implicações, convém refletir sobre a categoria ‘silenciamento’. Para tal, destacamos que “a memória é feita de esquecimento, de silêncio. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamento” (ORLANDI, 1997, p. 60).

#### 4.5.1 Topônimos e o silêncio: esquecimento forçado?

Nosso próximo passo está circunscrito à apresentação da discussão sobre o silêncio e o silenciamento, analisado por Orlandi (1997), em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* e, também, em *Terra a Vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo* (2008).

Segundo Orlandi (1997), o silêncio é mais do que significar, dar significado, estabelecer o sentido de uma palavra. O silêncio seria como a essência do que se quer dizer, nomear ou explicar. Este é fundante, é a matéria por excelência, é o real do discurso.

Nessa direção, os sentidos, as palavras, os signos são nada mais do que o limite de algo que seria maior, imensurável, grandioso: o silêncio. Este conceito se configura como o lugar de todas as possibilidades de sentido, pois o silêncio é absoluto, contínuo, disperso. Na medida em que falamos, materializamos o silêncio, nos apropriamos de uma das *possibilidades de significar*.

Na perspectiva que assumimos, silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*. (ORLANDI, 1997, p. 33). Nessa linha de raciocínio, o silêncio é a possibilidades de significação. Desta maneira, devemos entender a linguagem como excesso.

Há dois tipos básicos de silêncio. O primeiro refere-se ao silêncio fundador, relacionado à significação em si; ele não delimita o sentido, a significação, ele é, segundo Orlandi, a matéria significante por excelência. “É absoluto, intemporal e ilimitado em sua extensão” (BOT *apud* ORLANDI, 1997, p. 74). O segundo refere-se à política do silêncio, desdobrando-se em duas frentes, uma se articula em torno do silêncio constitutivo, entendido por anti-implícito. Um exemplo claro é o fato de chamar de selvagens aos índios/nativos para apagar ou “ocultar” e não dizer cidadão. Esse tipo de silêncio caracteriza-se pela “contenção de sentidos e asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2008, p. 60). A outra frente está encabeçada pelo silêncio local, caracterizado pela censura que “estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala (ORLANDI, 1997, p. 79)”.

As formas de silêncio discutidas a partir da perspectiva de Orlandi (1997, 2008), dialogam com a proposta deste estudo, assim, acreditamos que o silêncio local nos ajudará a entender de que forma os topônimos refletem este silenciamento.

Podemos partir de duas premissas para analisar os topônimos de origem *Tupí* de Castanhal. A primeira visa considerá-los como elementos de um possível silêncio local, silenciamento presente no ato de nomear, com vistas a calar todos os outros sentidos possíveis que pode assumir o discurso, evidenciando somente o sentido pretendido. Desta forma, o ato de silenciar deve ser entendido “não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer” (ORLANDI, 1997, p. 55). Recortar para não deixar sair as outras possibilidades de sentidos que talvez contradigam o que o colonizador quer enfatizar ou o que ele não quer deixar aflorar.

Ao levarmos em consideração o silenciamento, na ação protagonizada pela figura do colonizador, “desbravador”, se produz o apagamento, instaurando-se resultados esperados, positivos, ou seja, efetivando-se a delimitação do que se pode dizer e não se pode dizer. Assim, na época em que a cidade de Castanhal (1932) foi idealizada e fundada, sem perder de vista o período transcorrido desde a colonização, os nomeadores desta cidade ainda eram representantes do discurso colonizador e dominante. Dessa forma, podemos pensar que os topônimos do *Tupí* que existem nesta cidade são necessariamente atos de silenciamento.

Por outro lado, podemos pensar em um possível apagamento direcionado como o que Orlandi denomina de língua de espuma<sup>25</sup>, neste tipo de silenciamento acontece um apagamento preciso e pontual nomeando com topônimos de origem indígena (ex. Alameda Grajaú) para dizer somente aquilo, descontextualizando-o e silenciando os outros sentidos, silenciando a língua nativa, a identidade, mas principalmente silenciando outras possibilidades. Possibilidades estas que podem ser compreendidas como: traços da cultura indígena, o respeito a esta cultura, a consideração pela língua, dando a impressão, desta maneira, de que se leva em conta o outro, neste caso, o indígena.

Surgem então interrogações que reforçam a ideia anterior: será que esse ato de nomeação com elementos da língua *Tupi* supostamente visando a “valorização” do outro/indígena, não é simples ilusão? Uma vez que a língua de espuma (neste casos, os topônimos) entra justamente para dar a ilusão de representação da alteridade indígena, esse processo nos faz crer que, como o discurso que permeia as nossas representações mentais, estamos vivendo e considerando o outro como igual?

Essas perguntas nos conduzem a reflexões sobre as funções que os topônimos de origem *Tupi* podem assumir na configuração desse espaço nomeado na cidade de Castanhal, permitindo duas possíveis interpretações, uma enfatizando a valorização da cultura indígena *Tupi* e a outra escamoteando por meio de uma retórica redutora a mesma cultura.

Mas como “o silêncio serve para pôr em funcionamento o apagamento de sentidos, ele serve também para produzir a resistência” (ORLANDI, 2008, 60). É a partir desta dicotomia que o silêncio nos proporciona o que passaremos agora a analisar, a possibilidade de resistência que os topônimos de origem indígena possam representar.

Os topônimos de origem *Tupi* se consolidam como elementos de resistência?

Podemos mencionar como segunda hipótese que os topônimos se constituem em vestígio do outro/indígena, conseguindo colocar em evidência e trazer à tona uma produção de sentidos que ajudem a plasmar na história, no cotidiano, a presença constante de rastros indígenas nas sociedades por meio dos topônimos.

---

<sup>25</sup> Segundo a Orlandi (1997, p. 102), trata-se de uma língua “vazia”, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. (...) os sentidos se calam. (...) A língua de espuma trabalha o poder de silenciar.

Orlandi exemplifica a censura e a resistência quando “dizemos o mesmo para significar outra coisa e dizemos coisas diferentes para ficar no mesmo sentido” (1997, p. 98), e é nesta relação de censura/resistência que queremos considerar os topônimos como elementos que querem resistir à opressão e querem “ser” no processo de produção de sentidos.

No discurso do colonizador não há lugar ou não cabe o discurso do colonizado, ou seja, o dizer do colonizado está pré-estabelecido pelo discurso do colonizador (ORLANDI, 2008). Mas surge então uma possibilidade de se estabelecer um “lugar discursivo” do dominado, pois ao silenciar se está, ao mesmo tempo, colocando em marcha a produção de resistência. É neste duplo sentido, silenciamento e resistência, que surge a possibilidade de os topônimos de origem *Tupi* se significarem como resistência.

Estas duas hipóteses auxiliam o nosso trabalho no propósito de compreender o papel desses nomes especiais na constituição da identidade de um povo. No caso da Cidade de Castanhal essa nomeação ajuda a compreender a forma como os representantes da colonização nomearam e deram assim a vertente “silenciada” da realidade.

Para dar suporte à afirmação anterior, mencionamos Sampaio (1987, p. 54), que nos explica

(...) a maior parte dos nomes tupis que se encontram na geografia brasileira não foi dado pelo gentio bárbaro, ou pelo selvagem não influenciado pela civilização do branco invasor, mas sim pelas populações que se seguiram à colonização, pelos nascidos no país, quer de procedência europeia pura, quer mestiça, populações a quem coube o encargo de alargar a conquista do território.

Podemos então perceber que as nomeações que se sucederam à colonização, aquelas na época da transição do Império para a República, tiveram sua origem no sentimento nomeador do discurso do branco, do dominante, daquele que queria se apropriar das terras dos nativos.

Se levarmos em consideração que “(...) os missionários, (...) os viajantes e os pesquisadores, nas suas menções (...) ‘aperfeiçoam’ a língua dos índios ao ideal da gramática ocidental” (ORLANDI, 2008, p. 88), podemos considerar que o restante da língua nativa, mexida, delimitada, está em sua condição de ser, recortada,

manipulada. Os topônimos do *Tupi* podem muito bem, então, representar o recorte manipulado do discurso colonizador, plasmando-se no imaginário pela permanência destes nos registros oficiais. Ou seja, os topônimos se mostram esvaziados de sentido e conteúdo, aparentemente. Se os tomamos como signos que evidenciam na sua análise etimológica rastros ou resquícios de uma cultura que foi apagada ou silenciada, poderemos compreender e ressignificar estes elementos e trazer à tona, na memória, características adormecidas na identidade do castanhalense.

Nomear, apagar, silenciar e depois significar e assimilar traços culturais dos nossos antepassados são partes de um todo em que o topônimo é peça fundamental.

Quando se força alguém a esquecer alguma coisa, se está forçando a que se instaure um apagamento, um silenciamento necessário, um não dizer. A memória é encarregada de guardar, muitas vezes de encobrir e outras de evidenciar fragmentos identitários que supostamente não fazem mais parte da nossa realidade. Superar o apagamento e trazer os topônimos como peças fundamentais de resquícios culturais é o intuito deste trabalho.

Topônimos são, para nós, ferramentas que possibilitam a retomada de uma consciência cultural borrada, mas que analisada de outro prisma nos revela marcas profundas de culturas nativas permeadas em nossa identidade.

Nomes como Pacuquara, Ubirajara, Grajaú são marcas registradas nos documentos e, ao mesmo tempo, topônimos que nomeiam a cidade de Castanhal, mas antes de tudo, fragmentos de línguas que podem ser analisadas e reveladas à sociedade indicando-lhe que ainda temos elementos indígenas que constituem a identidade de Castanhal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu canto de morte,  
 Guerreiros, ouvi:  
 Sou filho das selvas,  
 Nas selvas cresci;  
 Guerreiros, descendo  
 Da tribo *Tupi*.  
 Da tribo pujante,  
 Que agora anda errante  
 Por fado inconstante,  
 Guerreiros, nasci:  
 Sou bravo, sou forte,  
 Sou filho do Norte;  
 Meu canto de morte,  
 Guerreiros, ouvi.

DIAS, Gonçalves; Juca Pirama

Para finalizar as considerações feitas neste trabalho, principiamos com o poema “Juca Pirama” do escritor romântico Gonçalves Dias, que narra a história de um jovem guerreiro *Tupi* marcado para a morte. Comparativamente ao clamor dos que resistem, assim como os nomes, toda uma nação indígena marcada para morrer faz ecoar seu grito de resistência pelos séculos, por vezes silenciado, abafado, mas que persiste enquanto rastro de um tempo que já não existe mais.

Ecoa dos nomes das ruas, das alamedas, das vilas, um grito silenciado de um tempo de outrora, mas que do cerne do sentido das palavras estas suscitam outros sentidos, que agora aparentam não dizer nada, mas quando fortes se fazem ouvir. Cabe aqui pensar o topônimo como um rastro da memória *tupi* que persiste determinando lugares, mas que esvaziados, aparentemente, do sentido inicial ganham outros contornos semânticos na atualidade.

Ainda, caberia fazer a busca do sentido através do vestígio que o próprio nome *tupi* suscita mesmo que a origem da nomeação possa estar perdida no tempo. Esta análise do sentido do topônimo pode acarretar, através da observação do rastro, mais possibilidade de interpretação de sentidos que estão plasmados no étimo *tupi*.

Cabe nesse momento expor brevemente sobre nosso percurso na catalogação dos topônimos do *tupi*. Para iniciarmos nossa investigação enfrentamos dificuldades para encontrar as cartas geográficas que embasaram nossa pesquisa. Nos reportamos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e neste órgão conseguimos duas cartas geográficas dos anos de 1990 e 1998. Logo fomos para a Secretaria de saúde de Castanhal (SESMA), no Departamento de Endemias, neste

local conseguimos mapas elaborados pelos agentes de saúde, como mencionamos anteriormente. Com estas cartografias conseguimos fazer o levantamento do nosso corpus que ao todo apresentam 31 topônimos de origem *tupi*.

Embora o levantamento, a análise e catalogação dos topônimos tenham sido realizados com sucesso, é importante dizer que as investigações destes topônimos suscitam indagações linguísticas bem abrangentes, o que torna este trabalho ainda limitado. Mesmo que a catalogação e análise dos topônimos, principal objetivo deste estudo, tenha sido alcançado, isso não significa que nossa pesquisa tenha se esgotado. É intuito nosso continuar as interpretações dos topônimos de origem *tupi* da cidade de Castanhal enriquecendo ainda mais a sistematização de nomes de origem indígena.

Ainda sobre algumas das constatações, concordamos com Dick quando ela afirma que “o topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político (...) [o topônimo] guarda estreita ligação com o solo, o clima (...)” (1990, p. 48), pois os topônimos da cidade Castanhal ao serem organizados nas *taxes* expostas no decorrer deste trabalho, evidenciaram um maior número de fitotopônimos e zootopônimos e em menor índice os hidrotopônimos, ergotopônimos e finalmente os animotopônimos. Desta forma, entendemos que mesmo longe, cronologicamente, do contexto indígena do século XVII a XIX, temos topônimos que mostram, se não a fauna e flora, sobretudo rastros que necessitam ser interpretados e trazidos à tona para a realidade do castanhalense, revitalizando traços culturais que fazem parte da identidade destes sujeitos.

Desta forma, cabe lembrar que toda nomeação toponímica é essencialmente motivada dando significados subjetivos ou objetivos aos topônimos. Quando esta motivação “se altera, se obscurece e se apaga” (TAVARES, 2008, p. 262), o topônimo se torna esvaziado semanticamente impedindo, na maioria dos casos, de entendermos a relação entre o nome e seu sentido.

Ainda assim, mesmo sabendo que existe um lapso cronológico entre o período em que os nativos habitavam a localidade, nomeada como Castanhal, e o seu período de fundação, os topônimos evidenciam sim o contexto histórico-social da época da criação desta cidade. O que acontece em alguns casos é a dificuldade encontrada em recuperar de maneira confiável, a estrutura e formação dos topônimos do *tupi*.

Outro ponto importante que devemos salientar é que o topônimo além de ser um componente que se insere na linguística, ele também se relaciona com a história,

com a geografia, ajudando a reconstruir determinados fatos históricos que ficam como resquícios nos topônimos. Por esta razão, os topônimos representam parte da memória que, muito além da palavra e seu sentido, tem a capacidade de tornar visível particularidades do espaço físico e da cultura da comunidade, isto é da história, geografia e das organizações humanas. Assim, a toponímia estabelece liames teórico-metodológicos com diferentes áreas do conhecimento, o que possibilita a incursão dos nossos estudos por outras paragens que não sejam somente a descrição da língua, indo além na busca de sentidos, para dar vazão aos outros possíveis sentidos agregados à palavra.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: ATITO. Goiânia, Ed. da PUC Goiás, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em literatura comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BERGER, Peter. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALINHOS, Patricia de Jesus. **Onomástica e lexicologia**: o léxico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). Revista USP, São Paulo. BAKHTIN, Mikhail, nº 56, p. 172-179, dezembro/fevereiro. 2002-2003.

\_\_\_\_\_. Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para uma inserção mundial. In LIMA-HERNANDES, M; MARÇALO, M.J; MICHELEHI, G; MARTINI, V. L.R. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH, 2008. CD-ROM.

CARVALHO, Francisco de Assis. A memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX. In: **1º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, 2011, Paraty. **1º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA**, 2011. p. 1 – 17.

CAVALCANTE, Lynara Raquel; ANDRADE, Karylleila dos Santos. Estudo do processo de formação e estrutura dos topônimos tocantinenses no contexto da belém-brasília: aspectos morfosintáticos e semântico-lexicais. **CADERNOS DO CNLF**, vol. XII, nº 09, 2009. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/09/07.pdf> > Acesso: 25 de jul de 2014.

COELHO, A. C; OLIVEIRA LIMA. Proto *TUPI*. In NOLL, Volker; D IETRICH, Wolf. **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança**. Visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Manoel Carneiro. **Histórias dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de cultura: FAPESP, 1992.

DE MELO, Pedro Antonio Gomes. Toponímia indígena: um estudo lexical dos nomes de municípios alagoanos de étimo tupi. **Veredas Favip-Revista Eletrônica de Ciências**, v. 6, n. 1, p. 160-179, 2013.

DIAS, Gonçalves. **Dicionário da Língua Tupi**. Chamada língua geral dos indígenas do Brasil (TUPI-PORTUGUÊS). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

DICK, Maria Vicentina de P. do A. **Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II**. Revista TRAMA, Castavel, v. 3, n. 5, p. 141-155, 1º sem. 2007.

\_\_\_\_\_. **A. A motivação toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. **Métodos e questões terminológicas na onomástica**. Estudo de caso: O Atlas toponímico do estado de São Paulo. *In* Investigações: Linguística e teoria literária. V. 9, 1999

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo léxico: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In* ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. *As ciências do léxico*. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v II, p. 121-130.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos tupis e tipi-guaranis: confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1969.

EDELWEISS, Frederico G. **Tupis e Guaranis**. Bahia: Imprensa Oficial, 1947

FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo. **Historia general y natural de las Indias**. Edición. y Estúdio preliminar: Juan Perez de Tudela Bueso. Madrid: ¿? 1959.

FREUD, Sigmund. **Uma nota sobre o bloco mágico**. *In*: FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. V. XIX.

GANEVIN, J.M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34. 2006.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GRAVE, Robert. **O grande livro dos mitos gregos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

GUIMARÃES, J. L.; MOTA FILHO, P. C. **Castanhal um pouco da sua história**. Belém/PA, Falangola. s/d.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

IRVING, A. Leonard. **Los libros del conquistador**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

MIRANDA, Rogério Rego. **Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa)**. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MORAIS, Ettine Angelim. **Estrutura urbana de Castanhal: a expansão da periferia (1982-2008)**. 2008. 88f. Monografia (especialização cidades na Amazônia: historia, ambiente e cultura) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos estudos amazônicos, Belém, 2008.

MORAES, Ruth Burlamaqui de. **Transformações demográficas numa economia extrativista Pará (1872-1920)**. 1984. 145f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Historia, setor de Ciências Humanas letras e artes, Universidade Federal do Paraná, 1984.

MOREIRA, Flávio G. da S. **Pródromos da Cabanagem**. Belém: Paka- Tatu, 2011.

ORLANDI, E.P. **Formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Terra a vista** – Discurso do confronto: Velho e Novo mundo. 2 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

PLATÃO. **Teeteto - Crátilo**. In: Diálogos de Platão. Tradução: Carlos Alberto Nunes. 3a. ed., Belém: EDUFPA, 1974. (Versão *on line*) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000068.pdf> (extraído em 18/06/2013).

PUPO-WALKER, Enrique. **La vocación literária Del pensamiento histórico em América**. Desarrollo de La prosa de ficción: siglos XVI, XVII, XVIII y XIX. Madrid, España: Editorial Gredos S.A, 1982.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In NOLL, Volker; D IETRICH, Wolf. **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSÁRIO, Ubiratan. **Saga do Caeté**. Belém: Cejup, 2000. p. 26 - 173.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5ª Ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SAPIR, Edward. El Lenguaje. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1984.(Coleção Breviarios)

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Referência e Onomástica. In: Magalhães, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1953-1960.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. **Trilhos**: O caminho dos Sonhos (Memorial da Estrada de Ferro de Bragança). Bragança: 19+ Comunicação, 2008.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Farias. Estudos toponímicos: âmbitos e perspectivas de análises. **ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_17\\_estudo\\_toponimico.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_estudo_toponimico.pdf)> Acessado: 25 de jun 2014.

TAVARES, Marilse. **A motivação de topônimos indígenas de Mmato Grosso do sul**. In SEMINÁRIO DO GEL, p. 257-275, 2008, São José do Rio Preto (SP): GEL, 2008. Disponível em: [http://www.gel.org.br/resumos\\_det.php?resumo=4450](http://www.gel.org.br/resumos_det.php?resumo=4450) . Acesso em 20.06.2014.

TIBIRIÇA, Caldas, Luiz. Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Significado dos nomes geográficos de origem Tupi. 1ª Ed. São Paulo:1985.

ULLMANN, S. 1964. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

#### WEB SITES

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/indice.htm>> Acesso em 10/08/12

ANEXO I







CRISTÓVAL TITANLÂNDIA

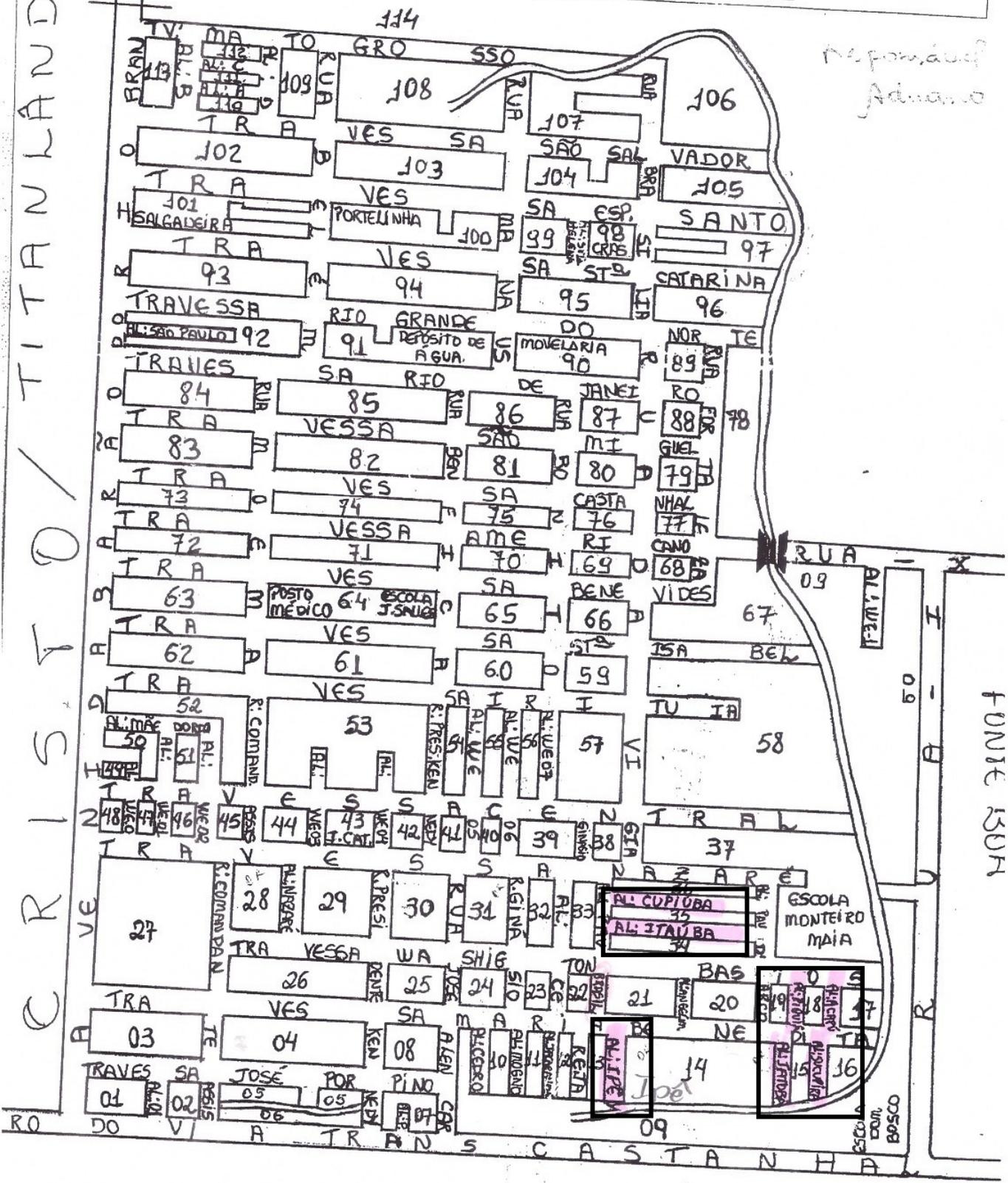
BETÂNIA

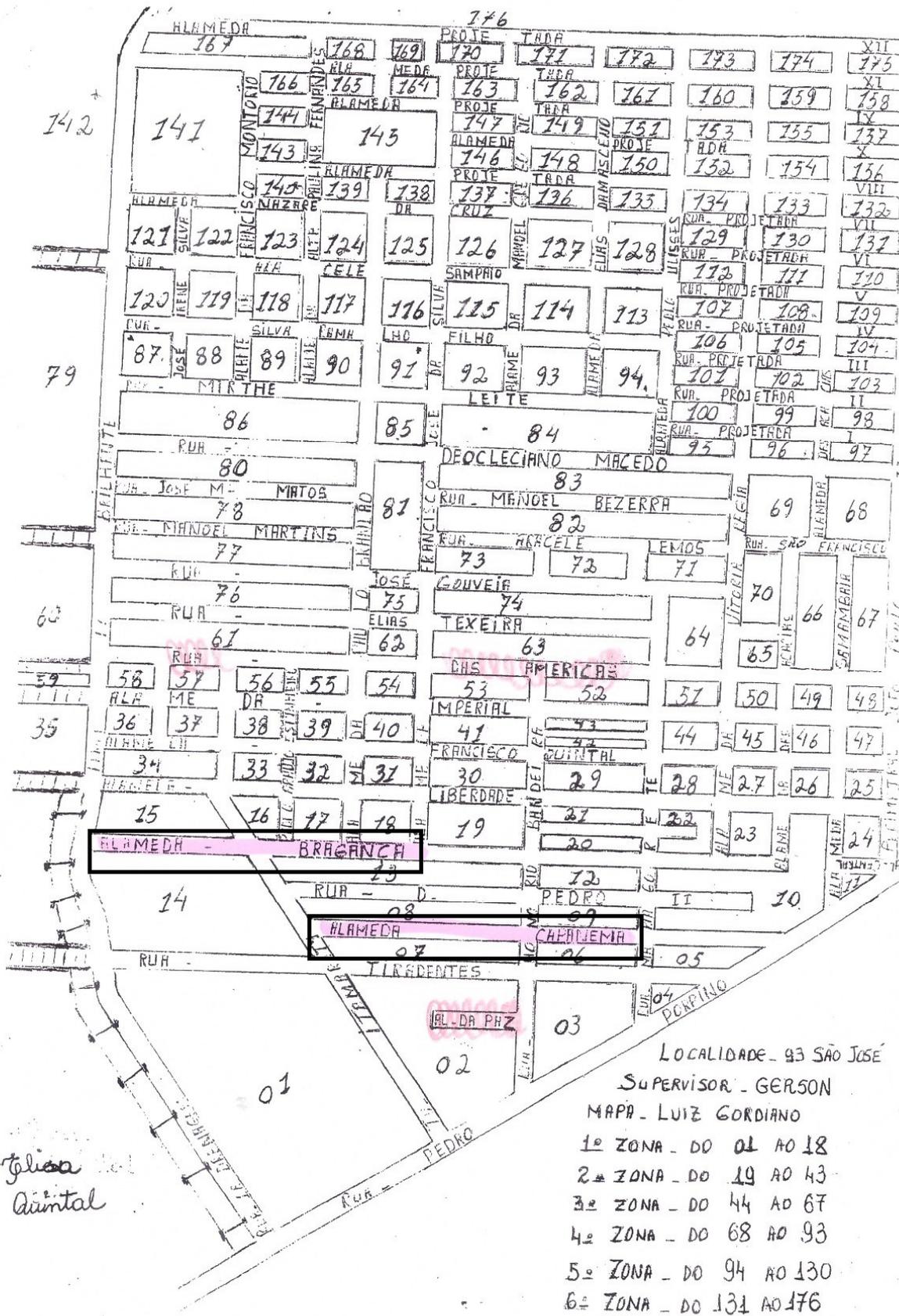
### A MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE SANTA HELENA

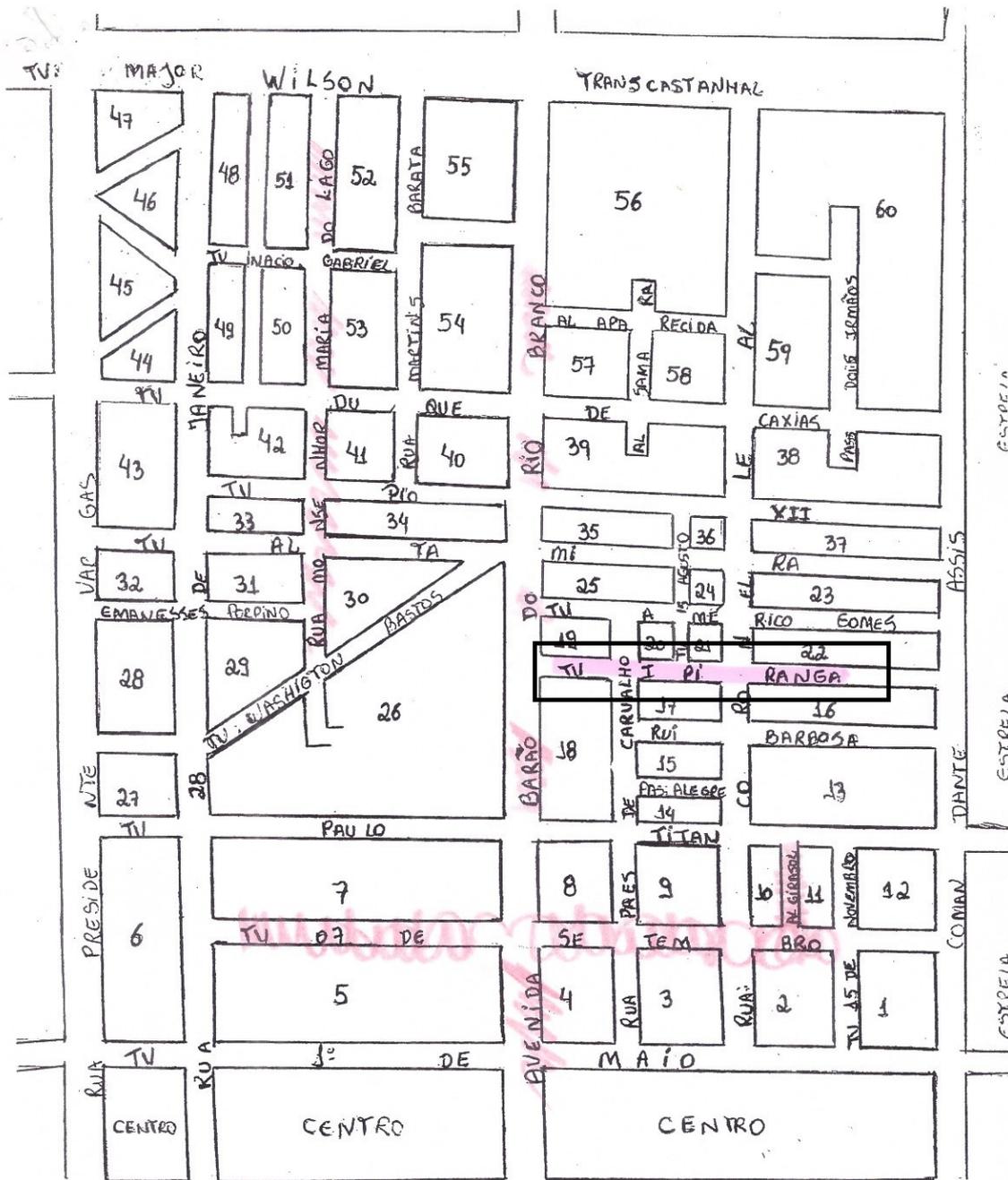
**SESMA**  
 Secretária: Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente  
 Setor: Endemias  
 Atualizado: 2013

1ª Zona:	01	ao	31
2ª Zona:	32	ao	68
3ª Zona:	69	ao	92
4ª Zona:	93	ao	114

Responsável  
Adriano







LOCALIDADE = NOVA OLINDA - 54  
 1ª ZONA: 01 a 17  
 2ª ZONA: 18 a 31  
 3ª ZONA: 32 a 49  
 4ª ZONA: 50 a 60  
 ATUALIZADO em FEVEREIRO 2013  
 SUP. SILLADO

Reservado  
 Cirvito

exemplos quadro de taxionomias  
 Topônimos do Tupi na Cidade de Castanhal.



